

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CEMOS 2016

A GEOECONOMIA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O Brasil e a aproximação  
chinesa na Namíbia

Rio de Janeiro

2016

CC (IM) RENATO ETCHEVERRIA

A GEOECONOMIA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O Brasil e a aproximação  
chinesa na Namíbia

Dissertação apresentada à Escola de Guerra  
Naval como requisito parcial para a conclusão  
do Curso de Estado-Maior para Oficiais  
Superiores.

Orientador: CF ALEXANDRE BORGES

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval

2016

## AGRADECIMENTOS

À Deus que me deu a dádiva da vida e me provê a cada dia o sustento necessário para prosseguir na minha jornada.

Aos meus pais, Juarez Johaudnes Etcheverria (*in memorian*) e Zenir Maria Domingues Etcheverria, pelos valores, exemplos e amor incondicional que tanto contribuíram para a formação do meu caráter, eu sei os desafios e provações que vocês passaram para garantir a mim e aos meus irmãos o melhor possível.

À minha esposa Suzete da Silva Corralo Etcheverria pelo carinho e amor, o seu suporte é o que me dá forças e incentivo para continuar combatendo o bom combate, eu dedico a você este trabalho.

À minha filha Stela Corralo Etcheverria, por dar um novo sentido à minha vida, motivando-me a ser uma pessoa melhor.

Ao meu orientador CF Alexandre Borges, pela atenção dedicada, as suas orientações seguras e os conhecimentos transmitidos foram fundamentais para a elaboração desta dissertação.

Ao Corpo Docente da Escola de Guerra Naval e aos professores do Instituto COPPEAD, pelos conhecimentos transmitidos, com certeza sairei desta nobre Escola um ser humano e profissional muito melhor do que quando aqui entrei. Que eu possa retribuir o esforço a mim dedicado, contribuindo para um Brasil e um mundo melhor.

## RESUMO

A África, que desde a era colonial, foi alvo de disputas entre as potências europeias, passou a conviver com novos atores, como Brasil e China, que obtiveram significativos resultados econômicos nas suas relações comerciais com o aquele continente, no início do século XXI, a partir de políticas fomentadas por seus governos. Nesse contexto, buscou-se identificar se aqueles países se utilizaram de elementos do pensamento geoeconômico em suas ações bilaterais com a República da Namíbia, no período de 2000 a 2012, bem como, se tais movimentos tiveram um perfil de conflito naquele cenário. A relevância do tema fundamenta-se na importância do conhecimento das posturas daqueles Estados, de forma a contribuir para a política externa brasileira em relação à África, mais especificamente, com o desafio representado pela aproximação chinesa com a Namíbia. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, adotando-se uma metodologia do confronto entre a teoria e a realidade. Assim, o trabalho, a partir da análise das ações políticas e econômicas desenvolvidas no período, identificou o uso das ferramentas da Geoeconomia por parte tanto do Brasil, quanto da China, em suas relações com a Namíbia. Além disso, foi verificado que a presença chinesa não só pode ser vista como um desafio, mas também como uma oportunidade a ser explorada, dentro do ambiente de cooperação previsto na lógica geoeconômica.

**Palavras-Chave:** Geoeconomia. Política externa. Relações comerciais. África. Brasil. China. Namíbia.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Rotas das importações chinesas de petróleo em 2006.....	75
Figura 2 –	A América do Sul e os hemisférios interior e exterior.....	76
Figura 3 –	Países africanos que estabeleceram atos de cooperação durante os governos do ex-presidente Lula.....	77
Gráfico 1 –	Investimentos na África por país, no período de 2003-2012.....	72
Gráfico 2 –	Cooperação Técnica Brasileira na África, por segmento, no período de 2000-2014.....	73
Gráfico 3 –	Execução Financeira da Cooperação Técnica Brasileira na África, no período de 2000-2014.....	74
Quadro 1 –	Diferenças entre Geoeconomia e Geopolítica.....	70
Quadro 2 –	Cronologia das relações bilaterais entre o Brasil e a Namíbia, no período de 1987-2012.....	69

## LISTA DE TABELAS

1 –	Exportações de produtos da China para a África, em milhares de dólares, no período de 2000-2012.....	57
2 –	Importações de produtos da África para a China, em milhares de dólares, no período de 2000-2012.....	58
3 –	PIB dos países, em milhões de dólares, no período de 2000-2012.....	59
4 –	Balança comercial dos países, em milhões de dólares, no período de 2000-2012.	60
5 –	Exportações de produtos da China para a Namíbia, em milhares de dólares, no período de 2000-2012.....	61
6 –	Importações de produtos da Namíbia para a China, em milhares de dólares, no período de 2000-2012.....	62
7 –	Exportações de produtos do Brasil para a África, em milhares de dólares, no período de 2000-2012.....	63
8 –	Importações de produtos da África para o Brasil, em milhares de dólares, no período de 2000-2012.....	64
9 –	Exportações de produtos do Brasil para a Namíbia, em milhares de dólares, no período de 2000-2012.....	65
10 –	Importações de produtos da Namíbia para o Brasil, em milhares de dólares, no período de 2000-2012.....	66
11 –	Brasil-Namíbia: exportações e importações por fator agregado, em 2012.....	78
12 –	Exportações de produtos do Brasil para a China, em milhares de dólares, no período de 2000-2012.....	67
13 –	Importações de produtos da China para o Brasil, em milhares de dólares, no período de 2000-2012.....	68

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC –	Agência Brasileira de Cooperação
ACN –	Acordo de Cooperação Naval
ApexBrasil –	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
ASA –	Cúpula América do Sul-África
BIDE –	Base Industrial de Defesa
BNDE –	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES –	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Camex –	Câmara de Comércio Exterior
CBER –	Chinese Brazilian Earth Resources
CGNPC –	China Geral Nuclear Power Corporation
CPLP –	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CS –	Conselho de Segurança
EMBRAPA –	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
END –	Estratégia Nacional de Defesa
EUA –	Estados Unidos da América
Fiocruz –	Instituto Oswaldo Cruz
FOCAC –	Fórum de Cooperação China-África
INACE –	Indústria Naval do Ceará
LBDN –	Livro Branco de Defesa Nacional
LBPA –	Livro Branco de Política para a África
MB –	Marinha do Brasil
MN –	Marinha da Namíbia
NDF –	Namibian Defense Force

ONU –	Organização das Nações Unidas
PCC –	Partido Comunista Chinês
PEI –	Política Externa Independente
RI –	Relações Internacionais
RPC –	República Popular da China
SACU –	União Aduaneira da África Austral
SPTTP –	Special Preferential Tariff Treatment Programme
SWAPO –	South West Africa People's Organization
UNAMID –	African Union–United Nations Mission in Darfur
UNCTAD –	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
URSS –	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE –	Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS –	Zona e Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>GEOECONOMIA.....</b>	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>RELAÇÕES DA CHINA COM A NAMÍBIA.....</b>	<b>17</b>
<b>3.1</b>	<b>Relacionamento da China com o continente africano.....</b>	<b>17</b>
<b>3.2</b>	<b>Relações da China com a Namíbia.....</b>	<b>22</b>
<b>4</b>	<b>RELAÇÕES DO BRASIL COM A NAMÍBIA E A APROXIMAÇÃO CHINESA.....</b>	<b>31</b>
<b>4.1</b>	<b>Relacionamento do Brasil com o continente africano.....</b>	<b>31</b>
<b>4.2</b>	<b>Relações do Brasil com a Namíbia.....</b>	<b>36</b>
<b>4.3</b>	<b>A atuação chinesa e o relacionamento do Brasil com a Namíbia.....</b>	<b>42</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>47</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>57</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>70</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A África exerceu um papel importante no passado do Brasil e pode ser uma das chaves para o seu futuro. Entretanto, não só os pensadores, políticos e economistas brasileiros viram essa oportunidade, pois, vários países se voltaram para aquela região. O continente que, desde a era colonial, foi alvo de disputas entre as potências europeias, passou a conviver com novos atores, como China e Índia, que, embora tenham se aproximado mais recentemente, compartilham uma das motivações de outrora, a busca de recursos naturais para a manutenção de seus próprios modelos desenvolvimentistas. Nas palavras do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (1945- ): “É claro que a China, a Índia e os Estados Unidos(*sic*), como são economias muito competitivas, estão disputando cada metro quadrado aqui [na África]. Então, nós não podemos ficar sentados em uma cadeira de balanço esperando (...)”<sup>1</sup>.

Apesar de estas disputas ocorrerem dentro de um plano maior, que é a política de cada país para o continente africano, elas podem variar muito quando analisadas pela ótica dos relacionamentos bilaterais entre os Estados, em função dos interesses e do histórico de suas ações. Dessa forma, a fim de entender melhor o processo, iremos restringir nosso estudo à República da Namíbia, pois, os avanços chineses observados naquele país, além de representarem um desafio do ponto de vista econômico, podem impactar nas pretensões geopolíticas brasileiras, decorrentes da influência do seu Poder Naval.

Edward N. Luttwak<sup>2</sup> (1942 -), ao proclamar que as guerras militares foram substituídas pelos conflitos econômicos, criou a Geoeconomia, aplicando o pensamento geopolítico na ótica do comércio. Além disto, ele defendeu que, por causa da competição do mundo globalizado, todos os países foram impelidos a adotar medidas, de maior ou menor

<sup>1</sup> <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-07-08/lula-diz-que-brasil-vai-disputar-com-paises-ricos-mercado-africano>>. Acesso em: 20 jun 2016.

<sup>2</sup> Edward N. Luttwak nasceu em 1942 na Transilvânia, foi educado na Itália, na Inglaterra e nos Estados Unidos da América(EUA), e é um reconhecido estrategista, consultor e escritor. Atualmente, é membro sênior do conselho do Centro para Estudos Estratégicos e Internacionais em Washington, D.C. (LUTTWAK, 2001).

grau, relacionadas com a sua Teoria. Assim, uma importante pergunta descortina-se: a China e o Brasil adotaram posturas geoeconômicas, no contexto dos seus relacionamentos com a Namíbia? E ainda: Caso, a China tenha adotado esta postura, ela é conflitante com a postura brasileira?

Para respondermos a questão principal assumiremos uma hipótese de pesquisa em um dado cenário e, ao final do estudo, verificaremos a sua validade ou não. A hipótese é que a China e o Brasil utilizaram elementos do pensamento geoeconômico nos seus respectivos relacionamentos com a Namíbia.

Assim, o propósito deste trabalho é, a partir da análise das perspectivas políticas e econômicas das relações da China e do Brasil com a Namíbia, no período de 2000 a 2012, testar a hipótese formulada e responder às questões enunciadas.

A relevância do tema fundamenta-se em um dos aforismos legados por Sun Tzu (SUZI, 2004), que se um Comandante deseja vencer todas as batalhas, ele necessita conhecer a si mesmo e ao seu inimigo. Dessa forma, esperamos poder contribuir para a política externa brasileira em relação à África, mais especificamente, com o desafio representado pela aproximação chinesa com a Namíbia.

Para atingirmos o propósito enunciado, a metodologia que iremos empregar nesta dissertação é o confronto entre a teoria e a realidade, com base em pesquisa bibliográfica e documental. O estudo está estruturado nos moldes de um trabalho científico, com o uso da teoria geoeconômica como referencial.

Este trabalho está organizado em cinco capítulos, delimitados conforme abaixo:

Após esta introdução, o capítulo dois abordará a Teoria da Geoeconomia, que servirá de sustentação para a pesquisa e irá nos fornecer as evidências observáveis e o referencial necessário para responder as questões formuladas.

Os capítulos três e quatro apresentarão os relacionamentos da China e do Brasil com a Namíbia, respectivamente, bem como, as suas análises, de forma a verificar a presença de ações geoeconômicas nestas interações. Além disso, o capítulo quatro apresentará os desafios da aproximação chinesa na Namíbia para o Brasil. Por fim, o último capítulo apresentará as conclusões da pesquisa e indicará linhas de investigação futura.

Assim, iniciamos este o estudo com a descrição da Teoria da Geoeconomia.

## 2 GEOECONOMIA

O término da Guerra Fria (1947-1989)<sup>3</sup> trouxe o fim da divisão bipolar do mundo e, conseqüentemente, gerou profundas mudanças na estrutura de poder entre os Estados. Na esteira desses acontecimentos, diversos estudiosos se apressaram a formular novas teorias para compreender as transformações que ocorriam a sua volta.

Edward N. Luttwak foi um desses teóricos e a partir de seus estudos nasceu a Geoeconomia. Em sua análise, conforme a guerra entre os dois antigos blocos, capitalista e socialista, tornava-se cada vez mais improvável, conseqüentemente, as alianças e a participação do poder militar nos assuntos mundiais tiveram as suas importâncias reduzidas, enfraquecendo, o pensamento geopolítico. Nesse contexto, antigas rivalidades econômicas que haviam sido deixadas de lado em prol da união dos respectivos blocos puderam vir à tona e retornar ao contexto internacional, levando Luttwak a afirmar que a Geopolítica havia sido substituída pela Geoeconomia, isto é, pela lógica do comércio (LUTTWAK, 2001).

Segundo Baru (2011, *apud* BARACUHY, 2015), a Geoeconomia é uma via de mão dupla, podendo ser caracterizada como as conseqüências geopolíticas do fenômeno econômico ou como as conseqüências econômicas das tendências geopolíticas. Nessa mesma linha, Grevi (2012) estuda a Geoeconomia a partir da conversão de ativos econômicos em influência política e vice versa. De forma mais completa, Baracuhy (2015) diz o seguinte:

(...) a Geoeconomia utiliza os instrumentos e os relacionamentos econômicos disponíveis para conformar a posição geoestratégica global ou regional do país e para moldar as regras e as estruturas político-institucionais que regem o ambiente econômico internacional. Os meios são, portanto, o uso de recursos econômicos, comerciais, financeiros e tecnológicos à disposição do país; as negociações comerciais e financeiras; assim como a exploração de vulnerabilidades decorrentes de assimetrias na relação de interdependência econômica. Trata-se, assim, da conversão de poder econômico em influência política internacional (...). Alguns exemplos desse uso geoestratégico do poder econômico são (...) as negociações para a reforma do regime multilateral de comércio da OMC, um dos pilares de poder estrutural da ordem econômica internacional; a conformação pela China de uma

---

<sup>3</sup> O termo “Guerra Fria” foi cunhado pelo financista estadunidense Bernard Baruch, em 1947, para descrever as tensas relações entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (BLAINEY, 2008).

“Nova Rota da Seda” na Eurásia unindo investimentos e comércio; (...). Com isso, não se quer sugerir que os interesses envolvidos nesses e em tantos outros exemplos sejam exclusivamente geopolíticos. Deles advêm ganhos econômicos. Mas deles decorrem também, explícita ou implicitamente, vantagens geopolíticas e políticas importantes (BARACUHY, 2015, p. 25).

Apesar de Luttwak afirmar a queda da Geopolítica, Lacoste (1997) considera a Geoeconomia um complemento e não um substituto àquela matéria; no que concorda Baracuhy (2015), pois, segundo ele, apesar das duas matérias atuarem na mesma área, qual seja, a competição geoestratégica por hegemonia e poder internacional, a Geoeconomia é uma visão restrita da lógica geopolítica, ressaltando a dimensão do poder econômico. Assim, a partir das suas interações podemos depreender que a Geoeconomia compreende duas estratégias de política exterior: o uso do poder econômico para fins de poder e influência geopolítica; e o uso do poder geopolítico para objetivos de poder e influência econômica. No QUADRO 1, ANEXO A, podemos observar as principais diferenças entre as matérias.

Neste trabalho, utilizaremos o posicionamento de Yves Lacoste (1929 - )<sup>4</sup>, pois nenhum Estado pode se furtar de sua Geopolítica em detrimento da Geoeconomia, tendo em vista que esta se limita a análise do poder pelo viés econômico, não sendo suficiente para dominar ou explicar todos os acontecimentos do cenário internacional. Entretanto, ela está adequada para os fins deste estudo, no momento em que nos propomos a analisar os relacionamentos entre países, cuja ótica econômica nos parece preponderante.

Segundo Luttwak (1990), o pensamento por trás da Geoeconomia permite a substituição do antigo ambiente de competição por um cenário de cooperação, configurado em termos de alianças entre entidades econômicas para capitalização de risco, integração vertical, codesenvolvimento, coprodução, ou compartilhamento de mercado de bens e serviços. Nesse contexto, a lógica do comércio se distanciaria da lógica do conflito, deixando

---

<sup>4</sup> Yves Lacoste é geógrafo e geopolítico. Ele é considerado como um dos fundadores da geografia moderna (VESENTINI, 2004).

de ser contraditória, de soma zero e paradoxal<sup>5</sup>. Thurow (1999) concorda com o argumento e diz que as competições econômicas são o inverso dos confrontos militares, que, em sua análise, representam desperdício de recursos. Nelas, o mundo não está mais dividido em parceiros e inimigos e o jogo pode ser simultaneamente competitivo e cooperativo.

Thurow (1999) prossegue o seu estudo comparando as competições de hoje com as do passado, destacando que, no início do século XX, quando as economias nacionais eram mais independentes umas das outras, as disputas podiam buscar o aniquilamento do adversário. Tal postura, atualmente, é mais difícil, pois, com a crescente interdependência entre as economias, o mundo tornou-se mais complexo, obrigando os Estados a concorrer e ao mesmo tempo se associar e crescer conjuntamente. A crise em um país não está mais restrita às suas fronteiras e, inversamente, o desenvolvimento da economia reflete positivamente em outros locais. Ele considera que, somente o fato de os confrontos militares terem sido substituídos pelos econômicos já é um progresso, pois ninguém morre nesse processo e vastos recursos que eram canalizados para atividades negativas podem ser direcionados para outros setores. Nesse contexto, o vencedor fabrica os melhores produtos e pode desfrutar de melhores padrões de vida, enquanto o vencido, longe de ser aniquilado, tem acesso a uma parcela desses produtos e desenvolvimento.

Podemos observar que, os geoeconômicos em sua argumentação defendem que a sua corrente de pensamento é mais suave que a Geopolítica pura, primeiro, por que ela possui um viés cooperativo; segundo, em razão dos recursos, que antes eram canalizados para as

---

<sup>5</sup> A lógica de conflito é de "soma-zero" uma vez que o ganho de um lado corresponde a perda do outro, e vice-versa. É assim na guerra, em confrontos geopolíticos, e em concorrência oligopolista; mas não em uma concorrência com muitas partes, em que quaisquer dois lados podem tanto ganhar ou perder quotas de mercado simultaneamente. A lógica de conflito é paradoxal, porque todas as ações se desdobram na presença de um adversário que reage contra o que está sendo feito. É por isso que, a pior das vias de acesso para um ataque pode ser a melhor, se confere a vantagem da surpresa, tornando a estrada ruim paradoxalmente na boa e a estrada boa paradoxalmente na ruim. Na lógica linear da vida cotidiana e, também na concorrência econômica, por outro lado, o bom é bom e ruim é ruim, e sucesso pode facilitar ainda mais sucesso sem existir necessariamente qualquer ponto culminante (Luttwak, 1990).

Forças Armadas poderem ser redirecionados para outros objetivos estratégicos; e terceiro, o seu foco, em última análise, encontra-se na dominação de mercados e não de territórios.

Apesar de ressaltar a primazia dos Estados e/ou de blocos de Estados no cenário internacional, Luttwak (2001) argumenta que esses atores se encontram em graus diferenciados para participar dessas batalhas. Da mesma forma que as guerras dependem de forças armadas eficientes, as ações geoeconômicas só podem ser exercidas a bom termo com a participação de empresários ambiciosos e burocratas econômicos eficientes.

De acordo com o que foi visto até aqui, existem três caminhos possíveis para os Estados: não possuir atuação geoeconômica; deixar esta atuação sob o controle único e exclusivo da iniciativa privada, ou seja, nas mãos de executivos e corporações; ou optarem por engajar nessa atividade, direcionando as suas burocracias estatais para a proteção dos interesses econômicos vitais.

Para Luttwak (2001), os Estados, como um todo, foram impelidos a adotar a postura ativa, pois, ainda hoje, com todas as outras funções que lhes foram atribuídas, sua razão de ser precípua ainda é a de fornecer segurança contra adversários externos, sejam eles exércitos ou concorrentes no mercado. Assim, para lutar neste novo cenário, os Estados foram obrigados a desenvolver novas armas, que foram identificadas por Luttwak:

Essa nova versão da antiga rivalidade entre Estados chamei de Geoeconomia. Nela, o capital de investimento para a indústria fornecido ou orientado pelo Estado equivale ao poder de fogo; o desenvolvimento de produtos subsidiados pelo Estado é o equivalente da inovação armamentista; e a penetração de mercado apoiada pelo Estado substitui as bases e as guarnições militares em território estrangeiro, assim como a influência diplomática. As mesmas coisas – investimento, pesquisa e desenvolvimento e campanhas de marketing - também são feitas todos os dias por companhias privadas por suas próprias razões puramente comerciais. Mas quando Estados intervêm para encorajar, auxiliar ou dirigir essas mesmas atividades, não é mais a economia "sabor baunilha" que está acontecendo, mas a geoeconomia (LUTTWAK, 2001, p. 160).

Nesse contexto, não apenas os ataques, mas as defesas também deverão ser comerciais, pois produtos barrados por obstáculos à importação, não podem ser entregues à força por ataques a outros Estados, e nem mercados podem ser garantidos por meio do

afundamento das cargas do concorrente quando em trânsito pelo alto-mar. Destarte, os novos conflitos serão travados na arena econômica e será cada vez mais comum observarmos o uso das seguintes ferramentas: o financiamento de projetos de tecnologia, de forma a obter liderança nos mercados, não só pelo lançamento de novos produtos, mas também pelo avanço das tecnologias relacionadas ao processo, reduzindo seus custos e aumentando a competitividade; o fornecimento de subsídios para as exportações, aqui entendidos não só como as isenções de impostos e taxas, aporte de recursos, auxílio na divulgação dos produtos, assinatura de acordos comerciais, mas também no oferecimento de empréstimos, com taxas de juros subsidiadas, atrelados à efetivação do negócio; a imposição de barreiras às importações e o investimento na qualificação da mão de obra (THUROW, 1999; LUTTWAK, 2001).

Neste capítulo, fomos apresentados à teoria geoeconômica e a sua influência no relacionamento entre Estados. Tal qual a Geopolítica, ela é uma ferramenta para guiar os países na competição pelos seus interesses, ainda mais, dentro de um mundo globalizado, onde as interações econômicas tornam-se cada vez mais preponderantes nas relações internacionais.

Para os fins deste trabalho, os principais conceitos geoeconômicos a serem destacados são aqueles que poderão ser utilizados como evidências observáveis para respondermos à questão central formulada. Assim, ao analisarmos os relacionamentos da China e do Brasil nos próximos capítulos, tentaremos identificar se estiveram presentes: iniciativas para conversão de ativos econômicos em influência política e vice-versa, o financiamento de projetos de tecnologia, o fornecimento de subsídios para as exportações, a imposição de barreiras às importações e o investimento na qualificação da mão de obra.

Após termos realizado a delimitação do que será utilizado da teoria geoeconômica em proveito deste estudo, passaremos agora à análise dos relacionamentos da China com a Namíbia, no período considerado.

### 3 RELAÇÕES DA CHINA COM A NAMÍBIA

Neste capítulo, seremos apresentados às relações da China com a Namíbia, com destaque para os vieses político e econômico, bem como, para as possíveis motivações por trás de suas ações, e, a partir da análise destas interações, tentaremos identificar se ela adotou posturas geoeconômicas nestes movimentos. Porém, tendo em vista que os relacionamentos bilaterais entre esses países se realizaram dentro do contexto da política da China para a África, antes que possamos estudá-los, é necessário compreendermos as ações chinesas para aquele continente.

#### 3.1 Relacionamento da China com o continente africano

A China possui um regime comunista desde 1949, quando ocorreu a vitória da revolução liderada por Mao Tsé Tung (1893-1976), passando a ser denominada de República Popular da China (RPC)<sup>6</sup>. Com base na experiência soviética, os chineses realizaram a coletivização dos meios de produção, estatizando as empresas e o controle das terras agrícolas (TERRA *et al.*, 2009). A política externa do novo governo foi de alinhamento com a ex-URSS e motivada por um forte componente ideológico, tendo sido denominada "*Yi-bian-dao*"<sup>7</sup>. Os principais pontos da sua agenda internacional eram garantir a segurança da nova república e a disputa com Taiwan<sup>8</sup> pelo reconhecimento (ANSHAN, 2008; BRAUTIGAM, 2009).

---

<sup>6</sup> O nome completo, República Popular da China, ao invés de apenas China, será usado se houver uma referência específica à administração política após a proclamação da República Popular da China em 1º de Outubro 1949.

<sup>7</sup> Política de um lado só (Tradução nossa).

<sup>8</sup> Em 1948, os líderes do antigo regime chinês se retiraram para a ilha de Taiwan, passando a buscar apoio internacional para retornar ao poder (ROBERTS, 2011).

A aproximação da RPC com a África iniciou-se na década de 50. Naquela época, ela norteava as suas ações para aquele continente e para a Ásia da mesma forma, utilizando na sua política externa os “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”, definidos em 1954, a saber: respeito mútuo da soberania; não agressão mútua; não ingerência em assuntos internos; igualdade e vantagens recíprocas; e coexistência pacífica. O principal marco dessa ação foi a sua participação na Conferência de Bandung, ocorrida na Indonésia em 1955, quando 29 Estados africanos e asiáticos definiram os princípios do movimento dos países “não alinhados” (HONG-MING, 2004; ROBERTS, 2011; MENDONÇA, 2011).

A partir de 1960, conforme se acelerava o processo de descolonização na África, a RPC passa a apoiar de forma ativa os revolucionários locais e a estabelecer relações diplomáticas com os países recém-independentes. Além disso, ela inicia o seu programa de visitas de membros do alto escalão do Partido Comunista Chinês (PCC) ao continente, associadas a concessões de medidas de cooperação econômica, tais como o fornecimento de ajuda financeira e o apoio na realização de obras de infraestrutura. Graças a estas ações, os votos dos países africanos na ONU contribuíram para que a RPC assumisse o lugar de Taiwan na vaga permanente do Conselho de Segurança, em 1971 (ALDEN, 2007; DOBLER, 2007).

Em 1976, Deng Xiaoping (1904-1997) assumiu o comando do país e iniciou uma aproximação com o mundo capitalista, realizando diversas reformas estruturais, que permitiram a instalação de empresas transnacionais na China e a dinamização da economia, com a ampliação do comércio com outros países (TERRA *et al.*, 2009). Assim, houve uma mudança gradual na política da RPC para o desenvolvimento econômico, que foi acompanhada pela sua diplomacia. O professor Anshan (2008) comenta que

“[...] A relação entre diplomacia e economia foi revertida, por exemplo, "a economia a serviço da diplomacia" foi alterada para "a diplomacia a serviço da economia." Esta mudança foi seguida por uma nova política externa de independência, paz e desenvolvimento. (ANSHAN, 2008, p.22, tradução nossa)”.

Dessa forma, podemos dividir a política externa da RPC em relação à África em duas fases: uma com viés ideológico, cuja principal motivação estava no seu reconhecimento internacional, e outra com viés econômico, após a implantação das reformas capitaneadas por Deng Xiaoping. Interessante notarmos que, as palavras usadas pelo professor Li Anshan (1946- )<sup>9</sup> para pontuar o novo momento da política externa da China nos remetem às definições de Geoeconomia apresentadas no capítulo 2 deste trabalho.

De acordo com Anshan (2008), os anos seguintes testemunharam um período de declínio nas relações sino-africanas, que perdurou até o final de 1995, quando a RPC voltou a intensificar as visitas de alto escalão e colocou em prática seu programa de empréstimos com juros reduzidos e com poucas condicionantes políticas. Um ano mais tarde, a China já havia assinado acordos desse tipo com dezesseis países africanos.

As relações com a África receberam um novo impulso com a fundação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), com a realização de conferências trienais. A primeira ocorreu em Beijing no ano de 2000, com a participação de 44 Estados africanos, incluindo a Namíbia. Segundo Pisani (2014), o FOCAC atua como uma plataforma para divulgar aos países africanos os benefícios da cooperação com a RPC. Nos sucessivos fóruns, ocorreram importantes desenvolvimentos políticos e econômicos, como o perdão de dívidas<sup>10</sup>; a negociação do *Special Preferential Tariff Treatment Programme* (SPTTP)<sup>11</sup>, implementado pela China em 2005, responsável por remover encargos de importação de 190 itens diferentes de 25 países africanos; e a assinatura de acordos comerciais, que tiveram um impacto positivo nas transações econômicas sino-africanas, que encontram-se em crescimento desde o ano 2000, conforme podemos observar nas TAB 1 e 2, APÊNDICE A.

<sup>9</sup> O Professor Dr. Li Anshan é o Diretor do Instituto de Estudos Afro-Asiáticos e do Centro de Estudos Africanos, da Escola de Estudos Internacionais da Universidade de Beijing. (ANSHAN, 2008).

<sup>10</sup> Em 2002, a China assinou acordos com 31 países africanos para aliviar 156 dívidas, totalizando US\$ 145 milhões. De acordo com o Ministério do Comércio da República Popular da China, em março de 2008 já haviam sido perdoados trinta e dois países africanos, honrando promessas feitas na cúpula de Beijing do FOCAC de 2006, com as cifras chegando a US\$ 1,5 bilhões (ANSHAN, 2008).

<sup>11</sup> Programa Especial de Tratamento de Tarifas Preferenciais (Tradução nossa). Este programa foi ampliado ao longo dos anos chegando a beneficiar 478 produtos diferentes (ANSHAN, 2008).

Para Manji e Marks (2007), tal aproximação da China com a África possui as mesmas motivações dos países europeus no século 19, ou seja, a necessidade de matérias-primas para sustentar a sua industrialização. Essa visão é corroborada, por um relatório emitido pelo Ministério da Terra e Recursos Naturais chinês, informando que as reservas minerais identificadas no país até 2004 não seriam suficientes para atender a crescente demanda doméstica, decorrente do crescimento econômico da China<sup>12</sup> (ROCHA, 2007).

Podemos considerar 2006, chamado pelos chineses de "Ano da África", como outro grande marco na sua aproximação com aquele continente. Eles aproveitaram a comemoração do cinquentenário das relações diplomáticas da RPC com a África e realizaram um conjunto de ações para fortalecer este relacionamento. Dentre elas podemos destacar: a realização de uma exposição de empresas africanas em conjunto com uma conferência especial do FOCAC<sup>13</sup>, em Beijing; o pronunciamento do Presidente chinês Hu Jintao (1942- ), em que prometeu uma ampla lista de iniciativas de cooperação agrupadas com incentivos financeiros; e a publicação do *White Paper, China's Policy to Africa*<sup>14</sup> (JIANG, 2008; ANSHAN, 2008).

O Livro Branco de Política para a África (LBPA) deixou claros os objetivos da política externa e econômica chinesa, tornando-os uma política de Estado. Ele listou 30 iniciativas no campo político; no econômico; na educação, ciência, cultura, saúde e desenvolvimento social; e em paz e segurança, acentuando a abordagem chinesa de *Soft Power*<sup>15</sup>. Ele também reforça o papel do FOCAC e destaca o princípio de “uma só China”, elogiando a postura dos países que apoiam essa política ao se recusarem a ter relações oficiais e contatos com Taiwan. Além disso, ele oficializa as ações do governo chinês de incentivar a

<sup>12</sup> Na TAB 3, APÊNDICE A, podemos observar a evolução do PIB chinês no período de 2000 a 2012.

<sup>13</sup> Participaram do evento quarenta e oito líderes dos cinquenta e três países africanos (JIANG, 2008).

<sup>14</sup> Livro Branco da Política da China para a África (Tradução nossa).

<sup>15</sup> *Soft power* ou poder brando, em português, é uma expressão usada na teoria das relações internacionais (RI) para descrever a habilidade de um Estado em influenciar outros Estados por meios culturais ou ideológicos (PECEQUILO, 2012).

realização de investimentos por parte das suas empresas estatais e privadas naquele continente (CHINA, 2006).

De acordo com Gindexing (2013), o valor dos investimentos chineses na África triplicou no período de 2003 a 2013, atingindo mais de US\$ 182 bilhões, sendo realizado por mais de 2.000 empresas. Uma parcela destes recursos foi aplicada na realização de fusões e aquisições. Em 2013, a China tornou-se o terceiro maior país do mundo a fazer essas operações no continente africano, conforme podemos observar no GRAF 1, constante do ANEXO B. Uma das motivações para essas aquisições foi a de burlar as barreiras alfandegárias impostas aos produtos chineses em alguns países ocidentais, pois, ao contrário, muitos países africanos dispunham de acesso facilitado àqueles mercados.

Podemos observar que o relacionamento sino-africano decorreu de uma política integrada, de longo prazo, responsável por coordenar as ações de diversas organizações, mesmo antes de sua oficialização em 2006. Entre essas organizações, cabe destacarmos ministérios, como os do Comércio, das Relações Exteriores e das Finanças; os Bancos de Exportação-Importação e de Desenvolvimento; as embaixadas chinesas nos países de interesse; e empresas estatais e privadas. Independentemente dos objetivos traçados nos dois períodos em que dividimos a política externa da RPC, viés político e viés econômico, ela foi caracterizada pelo uso de ferramentas econômicas para o atendimento de fins políticos e vice-versa, com destaque para as visitas de alto escalão, acompanhadas da assinatura de acordos de cooperação e a concessão de empréstimos a juros subsidiados; além da criação do FOCAC e as suas consequentes medidas de apoio ao comércio entre os países. Assim, podemos afirmar que a China utilizou uma postura geoeconômica no relacionamento com o continente africano, inclusive em uma época em que a teoria ainda não havia sido formulada.

Após esta contextualização da aproximação da RPC ao continente africano, passaremos agora a apresentação e análise do relacionamento bilateral com a Namíbia.

### 3.2 Relações da China com a Namíbia

Historicamente, as relações entre a Namíbia e a República Popular da China iniciaram-se em meados da década de 1960, dentro do contexto do processo de descolonização da África e da fase de viés ideológico da política externa chinesa. Naquele momento, os contatos foram realizados com a *South West Africa People's Organization* (SWAPO)<sup>16</sup>, que lutava pela independência da Namíbia. Durante aquele período, a RPC forneceu apoio político e assistência material, na forma de equipamentos militares. O então presidente da SWAPO, Sam Nujoma (1929- ), visitou a RPC sete vezes nas décadas de 1970 e 1980, com mais cinco visitas oficiais após se tornar o primeiro presidente do país (PISANI, 2014).

Um dia após a declaração da independência da Namíbia, em 21 de março de 1990, os laços diplomáticos formais foram estabelecidos com a RPC. Desde então, os dois países continuaram a desfrutar de relações em muitos domínios, principalmente na construção civil e no desenvolvimento econômico e social. Porém, somente, em março de 2005, a Namíbia estabeleceu sua embaixada na China. E, em dezembro do mesmo ano, o governo chinês concedeu à Namíbia um status de destino turístico preferencial (ODADA, 2008).

Conforme vimos anteriormente, quando a China iniciou o FOCAC, em 2000, aquele fórum se tornou o principal mecanismo de diálogo e cooperação entre a África e a China. Isso não foi diferente para a Namíbia, que participou de todas as suas edições. O mesmo ocorreu com o Livro Branco de Política para a África, que, com a sua publicação em 2006, passou a nortear as relações entre a Namíbia e a China (PISANI, 2014).

Em 2007, o então Presidente chinês, Hu Jintao, visitou a Namíbia. Durante a viagem foi acertado a concessão de um empréstimo, sem juros, de US\$ 4,5 milhões para a construção de escolas na zona rural e de um centro de formação de jovens, a cargo de

<sup>16</sup> Organização das Pessoas Africanas do Sudoeste (Tradução nossa)

empreiteiras chinesas; o envio de uma ajuda de US\$ 100 milhões para dar um novo impulso ao intercâmbio comercial entre os dois países; e um empréstimo de US\$ 150 milhões em condições preferenciais. Naquele momento, o governo namibiano já devia à China mais de US\$ 50 milhões. Além disso, foram assinados os Acordos de Comércio e de Desenvolvimento Econômico e o Acordo de Proteção Recíproca de Investimentos entre os países (PANAPRESS, 2007). Com base nesses acordos bilaterais, em 2009, foi criado um Comitê Conjunto de Comercio e Desenvolvimento Econômico, presidido pelos Ministros de Comércio chinês e namibiano (PISANI, 2014).

Segundo Odada (2008), as relações diplomáticas entre os dois países tem envolvido também a partilha de ideias sobre política e assuntos de gestão econômica, com os ministros, das respectivas áreas dos dois países, se juntando para discutir questões de interesse comum. Os laços bilaterais têm sido estabelecidos nos campos da política, economia, comércio, agricultura, saúde pública, educação e cultura.

Ainda de acordo com Odada (2008), o governo da Namíbia e a sua população parecem ser os maiores beneficiários dessa parceria, pois, devido à sua classificação como um país de baixa renda média, a Namíbia estava com dificuldades, desde a sua independência, para obter empréstimos concessionários dos seus tradicionais credores. Nesse contexto, os empréstimos e as concessões de ajuda por parte dos chineses ofereceram ao governo namibiano uma boa oportunidade para prosseguir os seus objetivos de desenvolvimento.

Apesar do nítido desequilíbrio de forças na relação, devido ao poderio econômico da China, podemos observar que ela tem compensado tal situação com uma abordagem *soft power* e uma linguagem amigável, presente desde a “declaração dos cinco princípios” e reforçada no LBPA. Ela enfatiza repetidamente temas como cooperação mutuamente benéfica, relações de amizade, novas oportunidades, sinceridade, igualdade, apoio mútuo e prosperidade comum, projetando uma imagem que contrasta com o antigo relacionamento

exercido pelos países do ocidente. Tais atitudes somadas às visitas de membros do alto escalão à Namíbia têm garantido aos chineses uma boa receptividade e um aumento da sua influência política junto ao governo local.

Podemos encontrar exemplos desse tipo de aproximação “amigável” na área da saúde, em que a China doou um hospital, no valor de US\$ 6 milhões, localizado no Distrito de Omuthiya, cuja construção começou em 2009. Importante destacar que, o hospital atrasou em sua inauguração, em razão da necessidade de tradução dos manuais dos equipamentos escritos em chinês. Além disso, a Namíbia também recebeu três ambulâncias, no valor de mais de US\$ 100 mil, doadas pela província de Zhejiang, que, desde 1996, patrocina um programa de especialização e treinamento médico, bem como, envia médicos para trabalhar em hospitais namibianos (DEXING, 2014; LIPING, 2015b)

Em 2012, a Namíbia possuía um PIB de US\$ 13,4 bilhões e uma média de renda per capita de US\$ 5.589<sup>17</sup>. Desse valor, o setor terciário contribuiu com uma média de 54,9% do PIB, seguido pelo primário, 20,5% e secundário, 15,6%<sup>17</sup>, conseqüentemente a Namíbia é considerada uma economia baseada em *commodities*, em razão das empresas primárias contribuírem mais para o PIB do que as indústrias secundárias. No período desta análise 2000-2012, o PIB namibiano sofreu um crescimento de 343%, passando de US\$ 3,9 bilhões para US\$ 13,4 bilhões, conforme os dados da TAB 3, APÊNDICE A. Em 2012, os seus principais itens de exportação eram pedras preciosas e semipreciosas, peixes e derivados, urânio e cobre, e bebidas alcoólicas<sup>17</sup>. No mesmo ano, o país figurou no ranking da UNCTAD como o 126º PIB mundial, sendo o 114º exportador e o 113º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário em todo o período de análise, totalizando saldo negativo de US\$ 2,9 bilhões em 2012, conforme TAB 4, APÊNDICE A.

Entre 2000 e 2012, o intercâmbio comercial entre a China e a Namíbia aumentou consideravelmente. Nesse período, do ponto de vista chinês, as exportações subiram 5.298%,

<sup>17</sup> <http://unctadstat.unctad.org>. Acesso em: 11 jul 2016.

atingindo um total de US\$ 438,9 milhões, e as importações aumentaram 6.718%, alcançando um patamar de US\$ 241,3 milhões. O saldo da balança comercial permaneceu favorável à China no período, com um superávit acumulado de US\$ 13,2 milhões em 2013. Porém, cabe destacar que nos anos de 2002, 2004 e de 2008 a 2010, os saldos foram positivos para a Namíbia (TAB 5 e 6, APÊNDICE A).

Utilizando-se 2012 como base, podemos observar que as vendas da Namíbia são direcionadas em grande parte aos seus vizinhos africanos, com 41% do total; seguidos da União Europeia, com 35%; do continente americano, com 8%; e da Ásia, com 7%. Individualmente, a África do Sul é o seu maior parceiro com 16,1% do total, seguida do Reino Unido, 12,4%; Angola, 10,5%; Bélgica, 9,3%; e Botsuana, 8,6%<sup>18</sup>. No período em estudo, as exportações da Namíbia para a China aumentaram, particularmente, a partir de 2004, quando os chineses passaram a comprar urânio. Cabe destacar, os anos de 2007, 2008, e de 2010 a 2012, quando o urânio atingiu patamares acima de 40% do total exportado para a China, especialmente, em 2010, com 66,4%, a um valor de cerca de US\$ 320 milhões. Em 2012, a China comprou 4,4% do total exportado pela Namíbia, sendo os principais produtos: materiais radioativos e associados (urânio); minérios de metais básicos; cobre; pedra, areia e cascalho; e alimentos para animais (TAB 6, APÊNDICE A).

No sentido inverso, os vizinhos africanos são também os principais fornecedores do mercado namibiano. Em 2012, somaram 75% do total, seguidos da União Europeia com 8% e da Ásia com 6%. Individualmente, a África do Sul permanece na liderança no fornecimento de bens à Namíbia, com 65,9% do total, seguida pela China, 5,8%; Reino Unido, 2,6%; Alemanha, 2,4%; e Suíça, 2,2%<sup>18</sup>. Os principais artigos exportados pela China para a Namíbia foram: manufaturados de tecido; embarcações e estruturas flutuantes; mobiliário e peças; elementos químicos inorgânicos; e equipamentos de engenharia civil (TAB 5, APÊNDICE A).

<sup>18</sup> <http://unctadstat.unctad.org>. Acesso em: 11 jul 2016.

A partir da análise dos números acima, podemos concluir que as políticas chinesas conseguiram resultados econômicos positivos, não só ao abrir o mercado namibiano aos seus produtos, graças ao aumento das importações, mas, também, ao garantir o acesso às matérias-primas e alimentos produzidos no país, representados pelas exportações. Das práticas geoeconômicas observadas podemos destacar: o incentivo às exportações, por meio de acordos comerciais; do FOCAC e de seus desdobramentos, como feiras de exposição de produtos; e pela concessão de empréstimos subsidiados, mediante a contratação de firmas chinesas para prestação dos serviços.

Além disso, outra variável importante para o relacionamento entre os países encontra-se na realização de investimentos diretos por parte das empresas chinesas na Namíbia. De acordo com Pisani (2014), como resultado do trabalho do Comitê Conjunto de Comércio e Desenvolvimento Econômico, um número crescente de empresas chinesas tem investido na Namíbia. Uma parcela destes investimentos envolve a instalação de pequenas lojas de varejo para vender bens de consumo importados daquele país. Em 2009, já existiam mais de 500 lojas do tipo registradas, representando um aumento de cerca de 400% em relação ao período anterior ao comitê. Porém, elas têm dado origem a várias reclamações entre os namibianos a respeito da má qualidade dos seus produtos e dos baixos salários, bem como, maus-tratos sofridos por seus trabalhadores (SHERBOURNE, 2007). Aqui, como nos parágrafos seguintes, vemos a penetração de mercados apoiada pelo Estado, preconizada pela Geoeconomia.

Fora o setor de varejo, a Namíbia possui mais de 40 empresas chinesas que faturam em torno de US\$ 4,6 bilhões por ano, além de empregar mais de 6.000 namibianos. A embaixada da China, em consonância com o LBPA, tem estimulado tais organizações a aumentar o seu investimento, a aprofundar a cooperação com empresas locais, e a aumentar o emprego da mão de obra nativa. Para isso, ela tem desenvolvido programas de capacitação de

profissionais namibianos, especialmente os jovens, oferecendo workshops nas áreas de saúde, gestão, agricultura e meios de comunicação, além de oferecer bolsas de estudo para as universidades chinesas e disponibilizar acadêmicos chineses para ensinar em instituições de ensino superior na Namíbia (PISANI, 2014; HONG'E, 2015).

Outra área importante é o setor de construção civil, de acordo com a Federação das Indústrias de construção da Namíbia, entre 60 a 70% dos grandes projetos de construção do país foram concedidos às empresas chinesas. De onde podemos destacar importantes projetos públicos, como o Supremo Tribunal Federal, uma nova delegacia e a Escola de treinamento da prisão, localizados na capital; o Tribunal de Justiça, em Katutura; o novo edifício da Câmara Municipal, em Helao Nafidi; e, os mais simbólicos, o palácio do governo, conhecido como *House of State*, a residência do presidente e uma parcela de um monumento dedicado aos heróis nacionais, estes três últimos doados pelo governo chinês (PISANI, 2014). Os chineses ao realizarem a doação destas obras de elevado valor simbólico, exercem o caminho inverso ao transformarem ativos econômicos em influência política.

Na área de mineração, em 2006, a China tentou receber concessões para exploração em troca de empréstimos generosos, o que foi rejeitado pela Namíbia. Assim, Beijing resolveu mudar de tática e começou a entrar em *joint ventures* com empresas locais politicamente conectadas. Em 2010, o ministério de Minas e Energia da Namíbia possuía um total de 70 licenças de prospecção exclusivas, concedidas ou em tramitação, solicitadas por mineiros chineses dentro dessas parcerias, principalmente para ferro, manganês e cobre, mas também para o lítio e urânio (GROBLER, 2010).

A principal parceria criada pelo investimento chinês ocorreu em 2012, com a *joint venture* entre a estatal chinesa China General Nuclear Power Corporation (CGNPC) e a empresa de mineração estatal namibiana Epangelo Mining, quando foi adquirida uma participação na mina de urânio Husab. Após a realização de investimentos de longo prazo da ordem de US\$ 5

bilhões, por parte da CGNPC, a mina fará a Namíbia passar de quarto para o segundo maior produtor de urânio do mundo, oferecendo cerca de 6.000 empregos e, ainda contribuindo, com um crescimento de pelo menos cinco por cento do PIB da Namíbia (HONG'E, 2015).

Esse movimento da CGNPC tem por objetivo garantir o fornecimento de combustível para as usinas nucleares chinesas. De acordo com um relatório da Associação Nuclear Mundial, menos de um quarto dos fornecimentos de combustível nuclear chineses vem da mineração doméstica. Além disso, pelos padrões internacionais, os minérios chineses são de baixa qualidade e a produção tem sido ineficiente. Atualmente o urânio é de importância estratégica para a China, o seu projeto é de tentar produzir um terço de seu urânio no mercado interno, obter um terço por meio de minas de urânio no exterior, e comprar um terço no mercado aberto. Em 2012, ela possuía 20 reatores em uso e outros 28 em construção, de um planejamento total de cerca de 150 unidades até 2025, mais de um terço dos 435 reatores nucleares em operação comercial em todo o mundo, de acordo com a Associação Nuclear Mundial (QINDEXING,2014; SHUANG, 2016).

A China também se envolveu na modernização dos trens e da rede ferroviária da Namíbia. Para esse fim, enviou seis especialistas para trabalhar com a TransNamib no início de 2004 e forneceu quatro locomotivas diesel e 30 vagões tanque construídos pela China South Locomotive e Rolling Stock Industry Corporation, a um custo total de US\$ 2,5 milhões. Em um segundo passo, o governo namibiano recebeu US\$ 14,2 milhões do Export-Import Bank da China para financiar a compra de mais 16 locomotivas chinesas para a TransNamib (PISANI, 2014).

Na área militar, desde a independência, a Namíbia adquiriu equipamentos junto à China, principalmente a Força Aérea com os aviões de caça K-8. Somado a isso, oficiais superiores da *Namibian Defense Force* (NDF)<sup>19</sup> foram submetidos a treinamento profissional avançado em uma academia militar em Xangai, e empreiteiros chineses construíram o museu

---

<sup>19</sup> Forças de Defesa da Namíbia (Tradução nossa).

militar e a Academia Militar da NDF, ambos em Okahandja. Esses projetos têm sido acompanhados com facilidades de financiamento, por exemplo, no caso da Academia Militar foi concedido um empréstimo à Namíbia no valor de US\$ 8,5 milhões, livre de juros. Além disso, a participação das forças de paz da Namíbia em missões sob mandato da ONU tem ocorrido em conjunto com tropas da China, principalmente, na *African Union–United Nations Mission in Darfur* (UNAMID), no Sudão (ODADA, 2008; PISANI, 2014).

Mais especificamente com relação à Marinha da Namíbia (MN), a influência chinesa se deu na construção da Base Naval de Walvis Bay, cujo projeto contou com assessoria técnica da Marinha do Brasil, e no fornecimento do Navio de Apoio Logístico NS “Elephant”, adquirido, em 2012, a custos reduzidos, embora não divulgados, junto ao estaleiro de Wuchang, na China. O navio possui um comprimento de 180 m e um deslocamento em torno de 2.500 t, sendo a maior unidade de superfície da MN. Ele está equipado com um canhão naval de 37 mm e duas metralhadoras de 14,5 mm, além de possuir um convoo para um helicóptero de médio porte, suas principais atribuições serão proteger a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e responder a acontecimentos imprevistos que podem ocorrer em águas territoriais da Namíbia (SCOFIELD, 2011; ALMEIDA, 2012; TOMAS, 2012).

As ações políticas e econômicas realizadas pela China junto à Namíbia, nos parecem alinhadas com a teoria geoeconômica, ao estarem focadas para a obtenção de objetivos econômicos muito claros: o acesso ao mercado local e às matérias-primas do país. Porém, como vimos no capítulo 2 deste trabalho, podemos considerar um movimento geoeconômico a utilização de ações econômicas para a obtenção de fins políticos. Assim, podemos somar às motivações anteriormente citadas, o acesso da Marinha da RPC ao porto de Walvis Bay. De acordo com O'Brien (2015), o local é o único porto de águas profundas da Namíbia e já foi a antiga base da Marinha sul africana e da Marinha Britânica na região, sendo ainda hoje utilizada como base de apoio para a Força-Tarefa britânica de patrulha do

Atlântico Sul. Em 2012 e 2015, a imprensa namibiana noticiou que a RPC estava em tratativas para construir uma base naval naquela baía, o quê foi negado pelos governos de ambos os países. Porém, tal iniciativa poderia ser encarada como uma intenção de expansão do "colar de pérolas chinês"<sup>20</sup> do Oceano Índico para o Atlântico Sul, já que cerca de 30% do petróleo consumido pela China passam ao largo da costa da Namíbia, conforme podemos observar na FIG 1, ANEXO C. Do ponto de vista Namibiano, a presença naval chinesa auxiliaria na dissuasão e no combate à pesca ilegal e ao contrabando (CHINA, 2014; LIPING, 2015a).

Contribuindo para tal conclusão, podemos citar a visita à Walvis Bay da Força Tarefa de escolta 16 da Marinha da RPC, em 2014, após completar missões de escolta no Golfo de Aden e em águas ao largo da Somália. Naquela oportunidade, os navios de guerra chineses e namibianos realizaram exercícios navais conjuntos para a aproximação das duas marinhas (DONGZHAOHUI, 2014).

Neste capítulo, observamos os movimentos chineses para a África e, mais especificamente, em relação à Namíbia, sendo possível identificar a presença da teoria geoeconômica no planejamento central do governo, pois a RPC se utilizou de forma ampla do seu poderio econômico para obtenção de influência política, por meio de doações, como as obras do palácio do governo e do hospital; e vice versa, exemplificadas pela assinatura de acordos comerciais e pelo FOCAC. Além disto, podemos destacar a concessão de empréstimos a juros subsidiados atrelados à realização de vendas e ou à prestação de serviços.

No próximo capítulo, realizaremos esta análise em relação ao Brasil.

---

<sup>20</sup> O termo "colar de pérolas" surgiu em um estudo de 2005 para o Departamento de Defesa dos EUA. Ele é visto como uma iniciativa militar, com o objetivo de proporcionar o acesso da Marinha da RPC a uma série de portos que se estende desde o Mar do Sul da China até o Mar Arábico. Porém, a RPC nunca usou esse termo, preferindo definir suas ações como a criação de uma nova "Rota da Seda", de intenções puramente econômicas. Nesse enfoque, a Marinha da RPC atuaria na segurança das linhas de comunicações marítimas, necessitando de acesso aos portos de outros países apenas para manter os seus navios operando nas localidades, não havendo a intenção de construção de bases fora de seu território (TIEZZI, 2014).

## **4 RELAÇÕES DO BRASIL COM A NAMÍBIA E A APROXIMAÇÃO CHINESA**

Neste capítulo, seremos apresentados às relações do Brasil com a Namíbia, aproveitando para traçar um paralelo com as ações da China, para então podermos responder às questões propostas para este trabalho.

Dentro dos mesmos moldes do capítulo anterior, vamos estudar a política brasileira para o continente africano, antes de entrarmos, mais especificamente, nas relações bilaterais com a Namíbia.

### **4.1 Relacionamento do Brasil com o continente africano**

Historicamente, os laços entre o Brasil e o continente africano remontam ao período colonial, quando os dois lados do Atlântico Sul foram envolvidos na lógica do comércio de escravos, bens e ideias, influenciando na formação do povo e da cultura brasileira. Entretanto, esse período de relacionamento econômico e cultural entrou em declínio, logo após a abolição da escravatura, em 1888, até meados do século XX. Nesse período, a política externa brasileira priorizou os contatos com os EUA e a Europa, relegando a África ao segundo plano (SARAIVA; GALA, 2001; CERVO, 2008).

Diferentemente da China, o Brasil não oficializou uma política específica para o continente, condicionando o seu relacionamento com a África às políticas de governo e não de Estado. Mesmo assim, podemos divisar algumas características comuns aos diversos movimentos de aproximação brasileiros, como os princípios de respeito à autodeterminação e de não intervenção, que norteavam a política externa como um todo e, mais tarde, vieram a ser recepcionados no art. 4º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Além disso, segundo Menezes (2013), a agenda brasileira para a África também não continha políticas de

imposição de valores ou condicionantes políticas como contrapartidas para o desenvolvimento de cooperações bilaterais, se aproximando assim dos cinco princípios de coexistência pacífica que nortearam a política externa da China desde 1950, como apresentado no capítulo 3.

Os geopolíticos clássicos brasileiros dedicaram uma parcela de seus estudos ao continente africano, destacando a necessidade de implementação de uma política externa forte na região, principalmente, com o viés de defender o território nacional e o ocidente ante o cenário imposto pela Guerra Fria. Com destaque para o General Golbery (1911-1987) que ressaltava a posição estratégica da África, principalmente dos países da costa ocidental, na sua Teoria dos Hemiciclos<sup>21</sup>, conforme a FIG 2, ANEXO C (MATTOS, 1975; CASTRO, 1981; SILVA, 2003). As suas propostas influenciaram os governos militares (1964-1985), que vieram a se aproximar do continente. Dentre as medidas desenvolvidas, podemos destacar: o reconhecimento da independência de Angola, em 1975<sup>22</sup>; a realização da primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro<sup>23</sup> à África, em 1984; e a concessão de incentivos por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) para aumentar as exportações e permitir a instalação de empresas brasileiras no continente. Entretanto, a crise do petróleo de 1979 e as altas dos juros internacionais impactaram o modelo de desenvolvimento brasileiro da época, enfraquecendo as relações com a África (MENEZES, 2013).

Logo após o encerramento dos governos militares, o Brasil participou de uma importante iniciativa de ligação dos países litorâneos ao Atlântico Sul, aí incluída a Namíbia, que foi o estabelecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), em 1986, por meio da Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, tornando-se mais um fórum de diálogo com países africanos (ONU, 1986).

<sup>21</sup> Ela dividia o globo em dois Hemiciclos, um exterior e outro interior. O primeiro, respondia pela principal zona de confrontação do conflito entre Comunismo e Capitalismo, e o segundo, correspondia ao perímetro ampliado de segurança do Brasil (SILVA, 2003).

<sup>22</sup> Apesar de possuir um alinhamento ao bloco capitalista, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, que a época era apoiada pela ex-URSS (JORGE, 2015).

<sup>23</sup> O Presidente João B. Figueiredo (1918-1999) visitou 5 países africanos (MENEZES, 2013).

Seguindo o movimento anterior, a década de 1990 presenciou o declínio das relações entre o Brasil e a África, com impactos negativos nos intercâmbios comerciais, representados pelo retorno dos percentuais de participação do continente na balança comercial brasileira a patamares anteriores à década de 1960. Porém, isso não significou a ausência brasileira, pois importantes passos foram dados com relação à Namíbia, o que será o foco de estudo da próxima seção; além de outras medidas pontuais, como a criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 1996, garantindo um lugar de destaque aos países lusófonos africanos<sup>24</sup> na política externa brasileira (SARAIVA; GALA, 2001).

Um novo ciclo de aproximação se iniciou com a mudança de diretriz realizada pelo Presidente Lula (1945- ), em 2003, quando o foco da política externa brasileira passou para as cooperações sul-sul e a África assumiu um lugar de destaque. Durante os seus dois governos, as relações foram caracterizadas por crescentes parcerias econômico-comerciais e pelo aumento no intercâmbio dos campos político e de cooperação. As palavras oficiais tornaram a ressaltar os laços históricos e culturais e acrescentaram o sentimento de solidariedade e o desejo mútuo de cooperação (MENEZES, 2013).

A aproximação no campo político foi impulsionada pela realização de diversas visitas de alto escalão por parte do governo brasileiro e de seus homólogos africanos. Somente o Presidente Lula, durante seus dois mandatos (2003-2010), realizou 28 viagens ao continente, onde esteve em 23 países, e, em contrapartida, foram recebidas 48 visitas de Chefes de Estado ou de Governo, provenientes de 28 países africanos. Além disso, o Brasil abriu ou reativou vinte embaixadas no continente, atingindo um total de 37. De forma recíproca, os países africanos inauguraram dezoito novas embaixadas em Brasília, totalizando 34 e tornando a capital brasileira a cidade latino-americana com o maior número de representações africanas (BRASIL, 2010).

---

<sup>24</sup> Seis membros da CPLP estão no continente africano: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Os outros são Brasil, Portugal e Timor leste (JORGE, 2015).

Segundo Stolte (2012), os interesses que motivaram a reaproximação decorreram da busca de apoio para a candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, bem como, do vislumbre do potencial do mercado consumidor africano para os produtos manufaturados brasileiros. Ainda de acordo com Stolte (2012), para alcançar esses objetivos, foram adotadas duas linhas de ação.

Na primeira, o Brasil se apoiou no *know-how* adquirido no seu processo de desenvolvimento, mostrando-se familiarizado com os desafios enfrentados pelos países africanos, para fomentar a assinatura de acordos de cooperação com quase todos os países da África subsaariana, conforme a FIG 3, ANEXO C. Tais auxílios foram desde o alívio de dívidas no valor de cerca de US\$ 1 bilhão, até cooperações gerenciadas pelo Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz), pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)<sup>25</sup> e pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC)<sup>26</sup>, nas mais diversas áreas<sup>27</sup>. No caso da última organização, a escala de recursos aplicados no continente africano aumentou mais de doze vezes no período de 2000 a 2012, atingindo seu maior valor em 2010, com o montante de R\$ 19,8 milhões, de acordo com o GRAF 3, ANEXO B, representando 50% do orçamento anual da instituição (BARKA, 2011).

Na segunda linha de ação, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), fundada em 2003, organizou encontros de empresários brasileiros e africanos e apoiou a participação de empresas brasileiras em feiras para a promoção de seus produtos (STOLTE, 2012). Como resultado dessas iniciativas, houve um aumento no intercâmbio comercial entre o Brasil e a África, no período de 2000 a 2012. Do ponto de vista brasileiro, as exportações subiram cerca de nove vezes, atingindo um total de

<sup>25</sup> A Embrapa e a Fiocruz abriram sedes na África em 2006 e 2008, respectivamente. (BRASIL, 2010).

<sup>26</sup> A ABC foi criada em 1987 e é responsável por coordenar projetos de cooperação técnica brasileira no hemisfério sul, por meio do fornecimento de experiência, educação e formação, bem como, ajuda humanitária e assistência financeira em condições favoráveis (BARKA, 2011).

<sup>27</sup> O GRAF 2, ANEXO B relaciona as áreas de cooperação técnica na África, com seus respectivos percentuais de participação no período de 2000-2014.

US\$ 12,2 bilhões, e as importações aumentaram em torno de cinco vezes, alcançando um patamar de US\$ 14,2 bilhões (TAB 7 e 8, APÊNDICE A). Apesar do saldo da balança comercial ter permanecido favorável à África durante o período, ela ainda se mantém como um mercado diferenciado, pois a pauta de exportação brasileira para a região possui uma composição de 42% de produtos manufaturados, encontrando-se acima da média do total exportado pelo Brasil para o mundo, que é de apenas 36%.

Assim, podemos observar a presença de uma postura geoeconômica, por parte do Brasil, pois na primeira abordagem ele converte ativos econômicos em influência política e, na segunda, se utiliza de artifícios financiados pelo Estado para incentivar as exportações.

Além disso, a África passou a se destacar como a terceira região com o maior índice de crescimento das transnacionais brasileiras (VILAS-BÔAS, 2011). As principais empresas brasileiras no continente são Petrobras, Vale, Odebrecht, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão, atuando com capital próprio ou, em alguns casos, com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Câmara de Comércio Exterior (Camex) (BRASIL, 2010). Nesse ponto, podemos destacar outra semelhança com o modelo chinês, pois, além de identificarmos a presença de estatais e empresas privadas, elas atuam nas áreas de extração e de construção civil. Outro fato importante é a utilização da Geoeconomia, pois o Brasil auxiliou suas empresas na penetração daqueles mercados, inclusive com a concessão de financiamentos a juros subsidiados.

Após essa apresentação do relacionamento do Brasil com o continente africano, passaremos agora a análise mais específica do seu relacionamento com a Namíbia.

## 4.2 Relações do Brasil com a Namíbia

O início do relacionamento do Brasil com a Namíbia ocorreu quando a principal liderança da SWAPO, o Sr. Sam Nujoma (1929- ), realizou visita ao país, em 1987, com o objetivo de buscar apoio para a sua causa de libertação da Namíbia. Nessa época, como vimos na seção anterior, a economia brasileira estava com dificuldades levando o país a se afastar da África. Mesmo assim, em 1990, mesmo ano de declaração da independência da Namíbia, foi fundada a Embaixada brasileira em Windhoek, e, no ano seguinte, o país recebeu a visita do então Presidente Fernando Collor (1949- ). Ainda na contramão do restante da África, a década de 1990 presenciou o adensamento da relação entre os dois países, graças à assinatura do Acordo de Cooperação Naval (ACN), em 1994, e do Acordo Básico de Cooperação Técnica, em março de 1995<sup>28</sup>, bem como, de nova visita do Sr. Sam Nujoma, à época como o primeiro Presidente do país, também em 1995<sup>29</sup>.

Esse movimento prosseguiu pela década seguinte, pois, conforme vimos na seção anterior, em 2003 foi iniciado um novo ciclo de aproximação com a África. Ainda naquele ano, a Namíbia recebeu duas visitas oficiais: uma liderada pelo então Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim (1942- ) e a outra pelo ex-presidente Lula<sup>28</sup>. Em sentido contrário, aquele país inaugurou a sua Embaixada em Brasília<sup>30</sup>. Tal dinamismo pode ser observado no discurso do ex-presidente Lula ao presidente namibiano, Sr. Hifikepunye Pohamba:

(...) Sua visita, amigo Pohamba, confirma a vitalidade do diálogo entre Namíbia e Brasil e nossa determinação em transformar, cada vez mais, o Oceano Atlântico em nossa fronteira comum, uma ponte entre nossos povos. (...) O comércio bilateral aumentou mais de seis vezes desde 2002. Somente no último ano cresceu 40%. (...) O Brasil deseja que essa aliança seja ainda mais ambiciosa, que aproxime os dois continentes (...) Precisamos buscar um sistema de governança global mais democrático. Os processos decisórios não podem continuar concentrados nas mãos de poucos, ignorando-se as aspirações dos países em desenvolvimento e das grandes economias emergentes. Por isso, reitero meu reconhecimento pelo apoio do governo

<sup>28</sup> <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5593-republica-da-namibia>. Acesso em: 18 jun 2016.

<sup>29</sup> O Ex-presidente Sam Nujoma realizou mais duas viagens oficiais ao Brasil nos anos de 1999 e 2004.

<sup>30</sup> Interessante notarmos, que ela ocorreu dois anos antes da instalação da Embaixada namibiana na China.

da Namíbia à aspiração brasileira a (*sic*) assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (...)<sup>31</sup>.

Como podemos observar, desde o início, as relações entre o Brasil e a Namíbia foram marcadas por visitas de alto escalão<sup>32</sup>. Tal prática, conforme citado anteriormente, foi uma das ferramentas utilizadas tanto pela China quanto pelo Brasil dentro dos seus contextos de aproximação com o continente africano. Na maioria das ocasiões, os representantes dos governos estavam acompanhados por funcionários das áreas de comércio exterior, bem como, por empresários de seus países, de forma a estimular as relações comerciais, caracterizando-se na ação geoeconômica de incentivar as exportações.

Outra prática estabelecida durante as visitas relacionava-se com a assinatura de acordos de cooperação. Como por exemplo, em 2003, durante a visita do ex-presidente Lula foram celebrados oito acordos de cooperação, em áreas diversas como agricultura, esportes, desenvolvimento urbano, pesquisa mineral, saúde, educação e cultura. Nesse cenário, tal qual na política para o continente africano, a Embrapa e a ABC<sup>33</sup> exerceram papéis de destaque, conduzindo projetos de cooperação com a Namíbia. Outro auxílio concedido ao país consistiu no Programa de Estudantes, formado por dois convênios: um destinado à graduação e outro de Pós-Graduação<sup>34</sup> (BRASIL, 2014). Nessas ações, podemos observar a conversão de ativos econômicos em influência política, configurando o uso da Geoeconomia. Tais iniciativas vieram a contribuir com os objetivos traçados pela política externa brasileira, pois a Namíbia manifestou o seu apoio ao pleito brasileiro ao assento permanente no Conselho de Segurança

<sup>31</sup> <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/11136-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-de-almoco-oferecido-ao-presidente-da-republica-da-namibia-hifikepunye-pohamba-palacio-itamaraty-11-de-fevereiro-de-2009>. Acesso em: 20 jun 2016.

<sup>32</sup> O QUADRO 2 do APÊNDICE B, contém a cronologia das principais relações bilatérias entre os países no período de 1987-2012.

<sup>33</sup> A ABC, durante o período em estudo, desenvolveu 12 projetos de cooperação na Namíbia, nas áreas de Habitação, Saúde, Agricultura, Administração Pública, Urbanismo e Relações de Trabalho. (<<http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa?intIdTipCooperacao=1&intIdRegiaoGeografica=1&intIdSitProjeto=2&intIdPais=231>>. Acesso em: 19 jul 2016).

<sup>34</sup> No período de 2000 a 2014, ambos convênios concederam bolsas para 2 estudantes oriundos da Namíbia (BRASIL, 2014).

da ONU, embora ela adote a proposta de reforma do Conselho defendida pela União Africana (UA)<sup>35</sup>.

Com relação ao outro motivo da investida brasileira no continente africano, representado pela busca de mercados, podemos dizer que o intercâmbio comercial com a Namíbia aumentou de forma significativa, apesar dos baixos valores absolutos, quando comparados à África como um todo. Durante o período da análise, ou seja, entre 2000 e 2012, as exportações brasileiras para a Namíbia tiveram uma tendência de crescimento, aumentando 5.460,99% e atingindo um total de US\$ 26 milhões. Cabe destacar o ano de 2009, quando foi entregue o Navio-Patrolha "Brendan Sinbwaye", da classe Grajaú, e o valor das exportações chegou a US\$ 52,4 milhões, justamente devido ao subgrupo de produtos "Embarcações e estruturas flutuantes", que representou cerca de 45% do total. No campo das importações, o seu comportamento foi bastante irregular, merecendo registro o fato de não haver movimentação em 2000 e, em 2012, o valor ter sido de apenas US\$ 93 mil. O saldo da balança comercial foi favorável ao Brasil em todo o período, registrando um superávit de US\$ 26 milhões em 2012 (TAB 9 e 10, APÊNDICE A).

Assumindo o ano de 2012 como base, o Brasil se situou no 59º lugar entre os compradores da Namíbia, com 0,01% do total. A pauta destas importações foi composta por 78,5% de produtos básicos, 3,2% de semimanufaturados e 18,3% de manufaturas, representados, principalmente, por peixes e derivados, plantas para as indústrias de cosméticos e fármacos, obras de arte e peças de coleção, pérolas, pedras preciosas, semipreciosas e couro (TAB 10; APÊNDICE A; TAB 11, ANEXO D).

<sup>35</sup> Brasil, Índia, Alemanha e Japão, formaram o G4 com o intuito de buscar a reforma do CS, sua proposta prevê o aumento do conselho em dez novas vagas, sendo seis permanentes, que seriam ocupadas pelos membros do G4, mais dois países africanos. Porém, o poder de veto só seria concedido após um período de transição de quinze anos. A proposta da UA é similar a do G4 com a inclusão de seis novos membros permanentes, mas demanda a concessão do poder de veto de imediato. Cabe destacar que, os países da UA representam 25% dos votos da Assembleia Geral da ONU, exercendo posição essencial para a tramitação de qualquer alteração na ONU (PECEQUILO, 2012).

No sentido inverso, o Brasil posicionou-se no 26º lugar entre os fornecedores do mercado da Namíbia com 0,2% do total. A composição da pauta de exportações brasileiras era formada por 85,9% de manufaturados, 0,6% de semimanufaturados e 13,5% de básicos. Os cinco principais produtos foram: móveis, tratores, miúdos de galinha, açúcar refinado, e produtos de confeitaria (TAB 9; APÊNDICE A; TAB 11, ANEXO D).

Com relação à composição da pauta de exportações para a Namíbia, podemos observar que se configura em um mercado ainda mais interessante do que o da África como um todo, pois o seu percentual de produtos manufaturados é ainda mais elevado do que a média das exportações brasileiras para o resto do mundo, 85,9% *versus* 36%, a África apresenta um percentual de 42%, representando vendas de maior valor agregado. Outro fator importante a pontuar, decorre de, apesar dos valores absolutos exportados pelo Brasil para a Namíbia serem inferiores aos valores exportados pela China, US\$ 26 milhões contra US\$ 438 milhões, o percentual de crescimento obtido pelos brasileiros no período encontra-se praticamente no mesmo patamar, 5.460,99% ante 5.298%.

No plano econômico multilateral, o Brasil se empenhou em estimular um maior relacionamento do MERCOSUL com a África. Dentre as iniciativas adotadas, que possuem impacto mais relevante sobre a Namíbia, podemos destacar: a assinatura, em 2008, do acordo MERCOSUL-SACU (União Aduaneira da África Austral), bloco do qual aquele país faz parte, em que foram estabelecidos regimes especiais de desconto de até 100% em cerca de 1.050 linhas tarifárias de cada parte; e a criação da Cúpula América do Sul-África (ASA), que aos moldes do FOCAC, citado no capítulo anterior, trata-se de um fórum de debate e aproximação política, econômica e cultural entre os membros, neles incluídos o Brasil e a Namíbia (JORGE, 2015).

Em termos de investimentos diretos, no período em análise, foram identificadas três empresas brasileiras atuando no território Namibiano, a Cowan Petróleo e Gás, que

investiu US\$ 20 milhões na exploração de dois blocos petrolíferos localizados no pré-sal da Namíbia, em consórcio com uma estatal namibiana; a HRT Participações em Petróleo S.A., que adquiriu 12 blocos de exploração e se tornou a maior detentora de áreas *offshore* no país, tendo investido mais de US\$ 300 milhões; e a Petrobras, que atua na Namíbia, desde 2009 e, além de inaugurar um escritório em Windhoek, adquiriu 30% de participação na exploração do bloco 2714A, no mar do sul da Namíbia. O interesse das empresas brasileiras reside no fato do *offshore* namibiano apresentar similaridades geológicas com a área do pré-sal brasileiro, permitindo uma vantagem competitiva na sua exploração. Com o intuito de ampliar estas iniciativas e atrair novos investimentos, o governo namibiano, realizou em 2011, o “*Namíbia International Investment Forum*”, em que foram enumerados os vários campos que, ao lado dos tradicionais setores do turismo, da agricultura e da mineração, poderiam ser explorados por investimentos externos, principalmente, nas áreas de serviços públicos, de infraestrutura e de petróleo e gás, participaram do evento as empresas brasileiras HRT, Petrobras e Queiroz Galvão (WERTHEIM, 2010; ASHIPALA, 2011; BRASIL, 2014).

Porém, a principal parceria entre os países reside no campo militar e é representado pelo já mencionado ACN. Novamente, nas palavras do ex-presidente Lula:

(...) É o que estamos fazendo por meio da missão naval que a Marinha do Brasil mantém na Namíbia. Desde 1998, quase 500 oficiais namibianos receberam treinamento no Brasil, e atualmente outros 162 integrantes da Marinha da Namíbia estudam em nosso país. Graças a esses laços, podemos ouvir português com sotaque brasileiro nos meios militares desse querido país africano. Quando estive na Namíbia, em 2003, uma embarcação brasileira foi incorporada às Forças de Defesa, e no mês passado entregamos à Marinha da Namíbia um navio-patrolha construído no Brasil. A partir do segundo semestre deste ano, chegarão quatro lanchas-patrolha também produzidas no Brasil. A Namíbia estará dando, então, passo decisivo para exercer plenamente sua soberania sobre seus recursos marítimos. Os excelentes resultados dessa cooperação nos encorajam a levar nossa parceria para outros setores prioritários. (...) <sup>36</sup>.

É interessante ressaltar que o uso da língua portuguesa como parte do treinamento e a disseminação das doutrinas e procedimentos da Marinha do Brasil (MB) dentro do

<sup>36</sup> <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/11136-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-de-almoco-oferecido-ao-presidente-da-republica-da-namibia-hifikepunye-pohamba-palacio-itamaraty-11-de-fevereiro-de-2009>. Acesso em: 20 jun 2016.

contexto do ACN, fizeram com que o acordo contribuísse, ainda, para o fortalecimento do *soft power* brasileiro, não só na Namíbia como no restante do continente. Pois, fruto da experiência bem sucedida da ACN, outros países africanos vieram a procurar o Brasil para iniciativas semelhantes.

Além disso, o ACN, em sua configuração, está alinhado com documentos-chave que foram elaborados posteriormente, como a Estratégia Nacional de Defesa, de 2008, e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), de 2012, que destacaram a realização de projetos bilaterais para a consolidação dos laços de cooperação no Atlântico Sul e a priorização de iniciativas que fortifiquem a base industrial de defesa (BIDE) (BRASIL, 2008, 2012).

Outro ponto importante é que, graças ao ACN e aos esforços da MB, responsável pelo acordo, o Brasil se tornou um dos maiores responsáveis pela criação da Marinha da Namíbia (MEDEIROS, 2002). Podemos destacar, dentro das iniciativas desse acordo, a doação de uma corveta<sup>37</sup>, a venda de quatro avisos-patrolha, de equipamentos para a formação do corpo de fuzileiros navais da Namíbia e, o já mencionado, navio-patrolha da classe “Grajau”, construído no estaleiro Indústria Naval do Ceará (INACE). Além disso, o Brasil fez o levantamento da plataforma continental namibiana. Todas essas tarefas foram intermediadas pela estatal brasileira EMGEPRON, cujo valor total das exportações para aquele país atingiu, até 2012, a cifra de cerca de US\$ 50 milhões (BRASIL, 1996, 2003; AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, ABDI, 2013). Cabe acrescentar que, apesar da solicitação do governo namibiano, não houve financiamento brasileiro para essas transações. Segundo Scofield (2011), os pedidos não foram acatados pelo Ministério da Fazenda, tendo em vista a avaliação de que a Namíbia pretendia receber empréstimos concessivos, que seriam enquadrados como ajuda econômica, o que inviabilizava a participação do BNDES na exportação desses bens e serviços. Tal situação não se aplicava

---

<sup>37</sup> A ex-corveta Purus, renomeada Dima Hamaambo, foi o primeiro navio de guerra da Marinha da Namíbia. Associado a esta doação, a ENGEPRON conduziu um período de revitalização no navio e forneceu apoio logístico, assistência técnica e treinamento a toda a tripulação (ALMEIDA, 2012).

apenas ao ACN, pois, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores, não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais entre o Brasil e a Namíbia (BRASIL, 2014).

Se associarmos ao contexto da ACN, as medidas de estímulo à competição fornecidas às empresas estratégicas da BIDE, como a Medida Provisória 544/11<sup>38</sup> e a Lei 12.598/2012<sup>39</sup> (ABDI, 2013), podemos observar a presença do pensamento geoeconômico nessa relação, pois, em que pese a sua motivação não ter sido econômica, vemos naquele acordo, desde o seu início, a inclusão de uma cláusula para o fornecimento de bens e serviços, que, quando se tratassem de artigos militares, seriam realizados por empresas que, a partir da emissão da MP, passaram a gozar de subsídios do Estado brasileiro para aumento de sua competitividade. Além disso, fica nítida a conversão de ações políticas, como a assinatura do acordo e a doação da corveta, em ativos econômicos representados pelos bens e serviços prestados pela EMGEPRON.

Após termos identificado a presença de elementos da Teoria Geoeconômica na política externa da China e do Brasil com relação à Namíbia, veremos na próxima seção o impacto da aproximação chinesa no relacionamento do Brasil com a Namíbia.

### **4.3 A atuação chinesa e o relacionamento do Brasil com a Namíbia**

Em uma primeira análise, a China poderia ser considerada uma ameaça para as aspirações brasileiras junto à Namíbia, em face dos países possuírem formas de aproximação e objetivos parecidos. Como vimos anteriormente, os dois países balizam a sua política externa em princípios similares e se utilizam do seu *soft power* para ampliar o seu prestígio

<sup>38</sup> A MP 544/11 estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa, criando o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa – RETID e prevê financiamentos para programas, projetos e ações relativos a Produtos Estratégicos de Defesa – PED.

<sup>39</sup> A Lei 12.598/2012 constitui-se no marco legal para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e sistemas de defesa no país, a qual lança novas isenções tributárias e incentivos à exportação de armas e equipamentos militares.

junto ao governo namibiano. Em termos de objetivos, a interseção dos seus interesses recai sobre o mercado interno do país, com ênfase para as grandes empresas de ambas as partes, pois atuam praticamente nas mesmas áreas, principalmente, obras civis e exploração de recursos naturais, bem como a aproximação à Marinha da Namíbia, setor que, até a venda do NS Elephant, pertencia quase que exclusivamente ao Brasil. Entretanto, tal julgamento pode ser equivocado perante a nova lógica proposta pela Geoeconomia, em que o antigo ambiente de conflito de soma zero pode ser substituído por cenários do tipo *win-win*. Assim, em vez do confronto, podem ser construídos caminhos de cooperação, por meio de parcerias ou a divisão do mercado pela complementaridade de produtos ou serviços.

Corroboram para este pensamento as posturas adotadas tanto pelo Brasil quanto pela China em relação ao continente africano. Conforme foi apresentado anteriormente, o Brasil já promove e mantém relações cooperativas multilaterais com a Namíbia, representadas pela aproximação dos Blocos MERCOSUL-SACU e a criação da ASA. Por parte da China, de acordo com Menezes (2013), o LBPA ressalta a vontade daquele país trabalhar em cooperação com outros Estados em prol da África. Em sua análise, ele entende que o movimento é positivo para a China, pois, se a sua relação não tiver caráter exclusivo, ela auxiliaria a combater as críticas que o país tem recebido de realizar uma nova exploração colonial no continente africano.

Como vimos anteriormente, outro fator que contribui para o caminho da cooperação e não do conflito, reside no baixo percentual dos produtos chineses e brasileiros dentro do total importado pela Namíbia, 5,8% e 0,01%, respectivamente. Em uma análise superficial, podemos inferir que há espaço para uma expansão desses valores antes que estes países atinjam um ponto culminante, onde o conflito ocorreria em todas as áreas, dificultando a adoção do viés cooperativo, principalmente o complementar.

Além disso, uma postura de parceria não seria novidade para estes países, pois, de acordo com Pecequillo (2012), eles já possuem relações bilaterais cooperativas nas áreas política, científico-tecnológica, comercial e com projetos espaciais como o *Chinese Brazilian Earth Resources* (CBER). Dentro do contexto do BRICS, houve um incremento em sua cooperação a nível global, permitindo a atuação conjunta em organismos e negociações político-econômicas da OMC, ONU, FMI, Banco Mundial, G-20 Comercial e Financeiro. Em termos econômicos, a China é o principal parceiro comercial brasileiro<sup>40</sup>.

Na abordagem da complementaridade, o Brasil pode usufruir das novas oportunidades que estão surgindo no mercado interno namibiano, em função do aquecimento da economia daquele país, graças aos investimentos chineses, como afirmou o então presidente da Embrapa “A China está indo para a África atrás de mineração, cobre, ferro, manganês, bem como de petróleo e gás. Nós estamos indo depois do vácuo deixado por eles, a fim de, pela primeira vez, colocar os pés para fora do Brasil de maneira institucional” (CRESTANA, 2007 *apud* BARBOSA, 2009, p.77, Tradução nossa)<sup>41</sup>. A lógica por trás desse movimento é que os investimentos chineses auxiliaram no crescimento da economia namibiana, permitindo o aumento da renda da população e a demanda por mais produtos e serviços. Um fator que auxilia nesse caminho é a qualidade dos produtos brasileiros frente aos chineses. Como vimos no capítulo anterior, os namibianos têm reclamado da baixa qualidade dos produtos chineses. Em contrapartida, segundo Stolte (2012), representantes da indústria de eletrodomésticos e eletrônicos e funcionários da ApexBrasil afirmam que a tecnologia brasileira tem uma vantagem comparativa especial, não só frente aos produtos chineses, mas também perante os produtos de países de alta tecnologia, em razão da adaptação às condições tropicais daqueles equipamentos.

<sup>40</sup> Os valores relativos às exportações e importações entre os países podem ser observadas nas TAB 12 e 13 do APÊNDICE A.

<sup>41</sup> “China is going to Africa after mining, copper, iron, manganese as well as oil and gas. We are going after the vacuum left by them in order to, for the first time, put our feet out of Brazil in an institutional fashion”

Ao longo do trabalho pudemos identificar algumas características do Brasil que o diferenciam da China e que podem ser exploradas na busca dessas novas oportunidades, não só na área econômica, mas também nas demais esferas em que se desenvolvem as suas relações com a Namíbia. As principais características observadas decorrem das raízes históricas compartilhadas pelo Brasil e pela Namíbia, como o passado colonial, os desafios de desenvolvimento, a origem africana de parcela da sua população e o perfil pacífico brasileiro. Além disso, podemos destacar a proximidade e, de acordo com Menezes (2013), o exemplo dado pelas empresas brasileiras, que atuam em outros países do continente, não só no respeito às leis trabalhistas, como na preferência de contratação de mão de obra local.

Outro fator que merece atenção decorre da falta de regularidade na política brasileira para a África. O Brasil, aos moldes da China, deve oficializar a sua política para o continente, tornando-a uma ação de Estado e não de governo. Dentro dessa política devem ser vislumbradas formas de apoio às empresas brasileiras como linhas de crédito e o estabelecimento de linhas de comunicação entre os países, pois, segundo Stolte (2012), como as relações econômicas brasileiras eram tradicionalmente voltadas para o hemisfério norte, as rotas comerciais com o mundo em desenvolvimento ou eram inexistentes ou muito caras, dificultando a competitividade dos produtos brasileiros.

No que concerne à aproximação da Marinha Namibiana, a chegada do NS Elephant representou um desafio operacional, tendo o Brasil se oferecido para cooperar no adestramento e manutenção do novo navio, o que vem ocorrendo desde então<sup>42</sup>. Não significando, em um primeiro momento, um afastamento da MB (BRASIL, 2014).

Neste capítulo, vimos os relacionamentos desenvolvidos pelo Brasil com a Namíbia, dentro do contexto maior da sua aproximação com o continente africano, além da sua visão e desafios ante a aproximação chinesa.

---

<sup>42</sup> A MB prestou assessoria técnica e administrativa na organização do navio, além de realizar a “Inspeção Operativa”, que é um procedimento necessário para a certificação da tripulação na condução do navio (LOPES, 2012).

Apesar da inconstância brasileira em seu relacionamento com a África, a Namíbia recebeu desde o início uma atenção especial por parte do governo brasileiro, sendo valorizada pela realização de visitas recíprocas de membros do alto escalão de ambos os países. Cabe destaque ao ineditismo da cooperação em defesa representada pela assinatura do ACN, que os aproximou ainda mais. No período considerado para este estudo, principalmente após 2003, quando a África como um todo se tornou prioridade da política externa brasileira, as relações se intensificaram. O novo ciclo de aproximação com o continente foi marcado por medidas geoeconômicas, principalmente, no uso de ações políticas que resultaram em ganhos econômicos. Naturalmente, as ações foram mais fortes em países africanos, cujas relações comerciais com o Brasil eram mais consolidadas, porém elas também puderam ser observadas dentro das relações com a Namíbia.

No que tange à visão brasileira, a aproximação chinesa representa um desafio, mas também pode ser encarada como uma oportunidade a ser explorada, dentro do cenário de cooperação da Geoeconomia, tendo sido observados dois caminhos, um de parcerias e outro de complementaridade, que merecem estudos específicos a fim de indicarem soluções e a trilha a ser seguida pela política externa brasileira.

## 5 CONCLUSÃO

Neste trabalho buscamos interpretar as relações da China e do Brasil com a Namíbia no período entre 2000 e 2012, de modo a analisar as suas perspectivas e verificar se esses países se utilizaram da Teoria Geoeconômica em suas ações e compreender melhor a política externa exercida por estes atores.

Para atingirmos esse propósito, empregamos a metodologia do confronto entre a teoria e a realidade, baseada na investigação das atividades políticas e econômicas daqueles países em relação à Namíbia.

Primeiramente, apresentamos a Teoria Geoeconômica, a partir do momento de sua criação e destacamos a conclusão de Luttwak a respeito de que os países, dentro do atual cenário globalizado, foram impelidos a se utilizar da Geoeconomia para defender os seus interesses, apesar da sua manifestação ocorrer em graus diferenciados, em razão da disponibilidade e qualificação de seus profissionais e empresários. Outro ponto importante apresentado decorre da lógica do seu ambiente, que deixou de ser preponderantemente conflituoso para se tornar um cenário em que a cooperação é a opção mais viável, tendo em vista que a aniquilação do adversário, em um mundo cada vez mais interdependente, também significaria perdas para o vencedor. Por fim, relacionamos as armas da Geoeconomia, que junto com a sua própria definição, foram utilizadas como evidências observáveis para a validação da hipótese, das quais destacamos: as iniciativas para conversão de ativos econômicos em influência política e vice versa, a penetração de mercados financiada pelos Estados e o fornecimento de subsídios para as exportações.

Após a apresentação da teoria, fizemos a análise do relacionamento da China com a Namíbia, partindo da aproximação chinesa com o continente africano como um todo, a fim de permitir a sua correta contextualização e entendimento. Nessa primeira abordagem, ficou

claro a utilização de artifícios geoeconômicos por parte da China em relação ao continente, o que foi repetido no seu relacionamento bilateral com a Namíbia. A política chinesa para a África possui um caráter de Estado e, além de ter sido oficializada no LBPA, congregou a participação de amplos setores e órgãos daquele país, direcionados para o alcance de objetivos bem definidos. Da mesma forma, durante o período considerado, o relacionamento com a Namíbia se utilizou dessa estrutura, tendo sido observado a conversão de ativos econômicos em influência política, vistos por exemplo na doação de obras de elevado simbolismo e contribuições na área de saúde, e o processo inverso, nas visitas de alto escalão, na assinatura de acordos de comércio e de investimentos, além de incentivos às exportações, por intermédio do FOCAC e de seus desdobramentos, e pela concessão de empréstimos subsidiados, bem como, na penetração do mercado interno com a proliferação de lojas de varejo e de grandes empresas estimuladas pelo governo chinês. Cabe destacar que, estas ações atingiram expressivos resultados, caracterizados pelo aumento do intercâmbio comercial entre os países, além da garantia do fluxo de matérias-primas, principalmente, urânio, necessário para a manutenção do modelo de desenvolvimento chinês.

No capítulo seguinte realizamos a mesma análise para o relacionamento do Brasil com a Namíbia e identificamos que, apesar de o país ter conduzido uma política inconstante para o continente africano, os seus contatos bilaterais com a Namíbia apresentaram um viés de aproximação desde o seu início, principalmente, graças à iniciativa inédita do ACN. Dentro do período considerado, pudemos observar que houve uma intensificação dessas relações a partir de 2003, quando a política externa brasileira elegeu a África como prioridade. Neste contexto, na Namíbia, foram postas em prática as ferramentas da Geoeconomia, principalmente, com ações de conversão de ativos econômicos em influência política, por meio das atividades gerenciadas pela ABC e pela Embrapa, e no uso da política para obtenção de ganhos econômicos, representado pelas visitas de alto escalão, pela assinatura do ACN,

apesar dessa motivação não ser a sua prioridade, e pelo estímulo às exportações, que resultaram no crescimento do comércio do Brasil com a Namíbia.

Assim, validamos a hipótese formulada para esta pesquisa, ao confirmarmos o uso de elementos do pensamento geoeconômico, por parte da China e do Brasil, nos seus respectivos relacionamentos com a Namíbia.

Ao final do capítulo quatro, prosseguimos nossa análise do relacionamento do Brasil com a Namíbia levando em consideração à aproximação chinesa, de forma a nos permitir responder à pergunta secundária, que questionava se naquele contexto haveria posições conflitantes entre aqueles países. Deste estudo foi possível identificarmos semelhanças nas ações dos dois países, inclusive nos objetivos, o que indicariam, em um primeiro momento, um cenário de conflito. Porém, partindo-se da Teoria Geoeconômica, foram vislumbradas oportunidades de cooperação, que se configuram em importantes possibilidades de estudos futuros, a fim de se detalharem as medidas e soluções que podem ser adotadas pela política externa brasileira em prol dos interesses nacionais e das relações bilaterais tanto com a China, como com a Namíbia.

## REFERÊNCIAS

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. ABDI. **Panorama da Base industrial de defesa**: segmento naval. ABDI: Brasília, 2013.

ALDEN, Chris. **China in Africa: Partner, Competitor or Hegemon**. Londres: Zed Books, 2007. 136 p.

ALMEIDA, Claudio Henrique Mello de. **A presença da China na Costa Ocidental da África ? O caso da Namíbia**: implicações para o poder naval brasileiro. Rio de Janeiro, 2012. 154 p.

ANSHAN, Li. **China's New Policy toward Africa**. In: ROTBERG, R. I. (Ed.). **China into Africa: Trade, aid, and influence**. Washington, DC: Brookings Institution, 2008. cap. 2, p. 21-49.

ASHIPALA, Paulus. **Brazilians upbeat about oil in Namibia**. Namibian Sun. Windhoek: Namibian Sun, 2011. Disponível em: <<http://www.namibiansun.com/brazilians-upbeat-about-oil-in-namibia.12701>> . Acesso em: 23jul2016.

BARACUHY, Braz. Geoeconomia: a lógica geopolítica no comércio mundial. **Revista Política Externa**, São Paulo, v.24, n 1, jul/dez 2015. Disponível em: <<http://politicaexterna.com.br/revistas/vol-24-no1/>>. Acesso em: 27 abr 2016.

BARKA, Habiba Ben. Brazil's Economic Engagement with Africa. **Africa Economic Brief**, v. 2, ed. 5, 11 mai, 2011. Disponível em: <[http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Brazil's\\_Economic\\_Engagement\\_with\\_Africa\\_rev.pdf](http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Brazil's_Economic_Engagement_with_Africa_rev.pdf)>. Acesso em: 23jul2016.>

BARU, S. **Understanding Geo-Economics and Strategy**, papel apresentado no seminário "A New Era of Geo-Economics: Assessing the Interplay of Economic and Political Risk" IISS Seminar, 23-25 March 2012 *apud* BARACUHY, Braz. Geoeconomia: a lógica geopolítica no comércio mundial. **Revista Política Externa**, São Paulo, v.24, n 1, jul/dez 2015. Disponível em: <<http://politicaexterna.com.br/revistas/vol-24-no1/>>. Acesso em: 27 abr 2016.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do século XX**. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2008. 312 p.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO, 1988. . **Constituição**: República Federativa do Brasil. -. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. xv, 292p.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto Legislativo nº 102, de 23 de outubro de 1996**. Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República da Namíbia e o Governo da República Federativa do Brasil, de 4 de março de 1994. Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=102&tipo\\_norma=DLG&data=19961023&link=s](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=102&tipo_norma=DLG&data=19961023&link=s)>. Acesso em: 18jun2016.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto no 4.778, de 11 de julho de 2003**. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia sobre Cooperação Naval, de 3 de dezembro de 2001. Brasília, DF, 2003c. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4778.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4778.htm)>. Acesso em: 22abr2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2008. 71 p. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/59577078/dou-secao-1-26-09-2013-pg-1/pdfView>> Acesso em: 23 abr. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Balanco da política externa, 2003-2010: relações com a África**. Brasília: MRE, 2010. Disponível em: <[https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro6/6.1\\_Politica\\_Externa.pdf](https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro6/6.1_Politica_Externa.pdf)>. Acesso em: 19jul2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Namíbia: Informações ao senado federal - abril de 2014**. Brasília: MRE, 2014. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=154226>>. Acesso em: 07abr2016.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Livro branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: [s.n.], 2012. 282 p ISBN 9788566517019.

BRAUTIGAM, Deborah. **The Dragon's Gift: The real story of China in Africa**. Nova Iorque: Oxford University Press Inc., 2009. 397 p.

CASTRO, Therezinha de. **África: geohistória, geopolítica e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. 211p. (Biblioteca do Exército ; 510. Coleção General Benício ; v.189)

CERVO, Amado L. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008. 297 p.

CHINA, República Popular da. Embaixada na República da Namíbia. **China's African Policy**. Windhoek, 18 jan. 2006. Disponível em: <<http://na.chineseembassy.org/eng/zngx/t231679.htm>>. Acesso em: 19jun2016. Original inglês.

CHINA, Ministério Nacional da Defesa. **Coletiva de imprensa concedida pelo Coronel Geng Yansheng**, portavoz do Ministério Nacional de Defesa (MND) da República Popular da China (RPC), 2014. Disponível em: <[http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/2014-11/27/content\\_6245918.htm](http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/2014-11/27/content_6245918.htm)>. Acesso em: 18jun2016.

CRESTANA, Silvio. **Valor Econômico**, 25April2007. *apud* BARBOSA, Alexandre de Freitas et al. **Brazil in Africa: Another Emerging Power in the Continent?** Londres: POLITIKON, v.36, n.1, p.59-86, 2009. Disponível em: <<http://ccs.ukzn.ac.za/files/Brazil%20in%20Africa%20-%20another%20emerging%20power%20in%20the%20continent.pdf>>. Acesso em: 23jul2016.

DEXING, Oin. **China's Zhejiang province donates ambulances to Namibia**. Xinhua, 2014, Disponível em: <<http://www.ecns.cn/business/2014/10-15/138388.shtml>>. Acesso em: 18jun2016.

DOBLER, Gregor. **Old ties or new shackles?** China in Namibia. In: MELBER, Henning (Ed.). **Transitions in Namibia: Which Changes for Whom?**. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2007. p. 94-109.

DONGZHAOHUI. **China and Namibia hold joint naval drills**. China's Military, 2014. Disponível em: <[http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2014-06/11/content\\_5951705.htm](http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2014-06/11/content_5951705.htm)>. Acesso em: 18jun2016.

FERNANDES, José Pedro Teixeira. **Elementos de Economia Política Internacional**. 2. ed. Coimbra: Edições Almedina, 2013.

FRANÇA, Junia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255p.

GINDEXING. **China is 3rd biggest M&A player in Africa**. China Daily, 2013. Disponível em: <<http://www.ecns.cn/business/2013/07-09/72202.shtml>> . Acesso em: 18jun2016.

GREVI, G. **Geo-Economics and Global Governance**, in: Ana Martiningui and Richard Youngs (eds.), **Challenges for European Foreign Policy in 2012: What Kind of Geo-Economic Europe?** Madri: FRIDE, 2011.

GROBLER, John. China eyes Namibia's minerals. **Mail & Guardian: Africa's Best Read**. South Africa: 2010. Disponível em: <<http://mg.co.za/article/2010-04-09-china-eyes-namibias-minerals>> . Acesso em 15jun2016.

HONG'E, Mo. Chinese investment in Namibia grows to \$4.6 bln. **Xinhua**, 2015. Disponível em: <<http://www.ecns.cn/business/2015/03-15/158031.shtml>> . Acesso em: 18jun2016.

HONG-MING, Zhang. **A Política Chinesa na África**. In: BELLUCI, Beluce (Org.). **Abrindo os olhos para a China**. Rio de Janeiro: EDUCAM, CEEA, 2004.

JIANG, Wenran. **China's emerging strategic partnerships in Africa**. In: ROTBERG, R. I. (Ed.). **China into Africa: Trade, aid, and influence**. Washington, DC: Brookings Institution, 2008. cap. 3, p. 50-65.

JORGE, Nedilson Ricardo. Relações Brasil-África: Panorama Geral. **Cadernos de Política Exterior**. Brasília: FUNAG, ano 1, n. 2, 2 sem., p. 41-63. 2015.

LACOSTE, Y. **Géopolitique, Économie et Nation**. *Géoéconomie* 1 (1), 1997.

LIPING, Gu. Namibia dismisses Chinese naval base report. **Xinhua**, 2015a. Disponível em: <<http://www.ecns.cn/business/2015/01-23/152001.shtml>>. Acesso em: 18jun2016.

LIPING, Gu. China-donated hospital worth 6 mln USD to open in Namibia. **Xinhua**, 2015b. Disponível em: <<http://www.ecns.cn/2015/03-06/157011.shtml>> . Acesso em: 18jun2016.

LOPES, Roberto. Base chinesa em Walvis Bay põe em xeque trabalho da Missão Naval do Brasil na Namíbia. **Poder Naval**, 2012. Disponível em: <<https://www.naval.com.br/blog/2015/01/24/base-chinesa-em-walvis-bay-poe-em-xeque-trabalho-da-missao-naval-do-brasil-na-namibia/>>. Acesso em: 17jun2016.

LUTTWAK, Edward N. From Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce. **The National Interest**, Washington, v.20, p. 17-23, summer 1990.

LUTTWAK, Edward N. **Turbocapitalismo: perdedores e ganhadores na economia globalizada**. São Paulo: Nova Alexandria, 2001. 320p.

MANJI, Firoze; MARKS, Stephen (Eds.). **African perspectives on China in Africa**. Cape Town: Fahamu, 2007.

MATTOS, Meira. **Brasil: Geopolítica e Destino**. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, José Olympio, 1975. 128 p. (Coleção General Benício, v. 131. publ. 452)

MEDEIROS, R. C. O acordo de cooperação militar Brasil-Namíbia como instrumento de consolidação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. **Revista Marítima Brasileira**, v. 122, n. 7, p. 167-190, 2002.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. Impactos dos Interesses Petrolíferos nas Relações Comerciais China-África. **SANKOFA: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**. São Paulo, n. 7, p. 87-103, Jul. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88797/91683>. Acesso em: 15jun2016.

MENEZES, Gustavo Rocha de. **As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil**. Brasília, DF: FUNAG, 2013. 353 p. ISBN 9788576314752.

O'BRIEN, Robert C. **China's Next Move: A Naval Base in the South Atlantic?** Real Clear Defense. 2015. Disponível em: [http://www.realcleardefense.com/articles/2015/03/25/chinas\\_next\\_move\\_a\\_naval\\_base\\_in\\_the\\_south\\_atlantic\\_107803.html](http://www.realcleardefense.com/articles/2015/03/25/chinas_next_move_a_naval_base_in_the_south_atlantic_107803.html). Acesso em 15jun2016.

ODADA, J. E.; KAKUJAH-MATUNDU, Omu. **China-Africa Economic Relations: The Case of Namibia**. Windhoek: University of Namibia, 2008. Disponível em: [http://www.aercafrica.org/documents/asian\\_drivers\\_working\\_papers/Namibia-China.pdf](http://www.aercafrica.org/documents/asian_drivers_working_papers/Namibia-China.pdf). Acesso em: 25abr2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Assembleia Geral. **Resolução no 41/11, de 27 de outubro de 1986**. Declara uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul. Nova Iorque, EUA, 1986. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r011.htm>. Acesso em: 18jun2016. Original inglês.

PANAPRESS. **Namíbia e China assinam acordos de cooperação**. Dakar: Panapress, 2007. Disponível em: <http://www.panapress.com/Namibia-e-China-assinam-acordos-de-cooperacao--3-417869-47-lang4-index.html>. Acesso em: 11abr2016.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato: Política Internacional**, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. 398p.

PISANI, André du. **Namibia and China: Profile and appraisal of a relationship**. In: BOSL, Anton; PISANI, André du; ZAIER, Dennis U (Eds.). **Namibia's Foreign Relations: Historic contexts, current dimensions, and perspectives for the 21st Century**. Windhoek: Konrad Adenauer Foundation, 2014. p. 111-134. Disponível em: [http://www.kas.de/wf/doc/kas\\_36962-1522-2-30.pdf?140307091102](http://www.kas.de/wf/doc/kas_36962-1522-2-30.pdf?140307091102). Acesso: 28abr2016.

QINDEXING. CNNC buying stake in Namibia uranium mine. **China Daily**, 2014. Disponível em: <<http://www.ecns.cn/business/2014/01-21/97968.shtml>>. Acesso em: 18jun2016.

ROBERTS, J. M. **O livro de ouro da história do mundo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2011. 812p.

ROCHA, John. **A new frontier in the exploitation of Africa's natural resources: the emergence of China**. In: MANJI, Firoze; MARKS, Stephen (Eds.). African perspectives on China in Africa. Cape Town: Fahamu, 2007. p. 15-34.

SARAIVA, José Flávio Sombra; GALA, Irene Vida. **O Brasil e a África no Atlântico Sul: uma visão de paz e cooperação na história da construção da cooperação africano-brasileira no Atlântico Sul**. Brasília: UnB, 2011. Disponível em:< <http://www.biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/aladaa/sombra.rtf>>. Acesso em: 31mar2016.

SCOFIELD, Jefferson G. **Poder Naval e Diplomacia: a presença da Marinha do Brasil na Namíbia**. Orientador: William de Sousa Moreira. 2011. 146 f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas). Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2011.

SHERBOURNE, Robin. **China's growing presence in Namibia**. In PERE, Garth Le (Ed.). **China in Africa: Mercantilist predator, or partner in development?**. Midrand/Johannesburg: Institute for Global Dialogue/The South African Institute of International Affairs. 2007

SHUANG, Feng. CGN arm seeks more uranium resources globally. **China Daily**, 2016. Disponível em: <<http://www.ecns.cn/business/2016/04-14/206617.shtml>> . Acesso em: 18jun2016.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica e poder**. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003. 633 p.

STOLTE, Chistina. **Brazil in Africa: Just Another BRICS Country Seeking Resources?**. London: Chatam House, 2012. Disponível em: <[http://eurodad.org/files/integration/2013/06/1112bp\\_brazilafrika.pdf](http://eurodad.org/files/integration/2013/06/1112bp_brazilafrika.pdf)> . Acesso em: 23jul2016.

SUNZI séc. VI A.C. **A Arte da guerra - Sun Tzu**. São Paulo: M. Claret, 2004. (Coleção a obra-prima de cada autor.).

TERRA, Lygia, ARAUJO, Regina e GUIMARÃES, Raul. **Conexões: Estudos de Geografia Geral**. 1.ed. – São Paulo: Moderna, 2009.

THUROW, Lester; LOPES, Alberto. **Cabeça a cabeça**: a batalha econômica entre Japão, Europa e Estados Unidos. 3 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. 381 p.

TIEZZI, Shannon. The Maritime Silk Road Vs. The String of Pearls. **The Diplomat**. 2014. Disponível em: <<https://isape.wordpress.com/2014/02/24/a-rota-da-seda-maritima-vs-o-colar-de-perolas/>>. Acesso em: 26jun2016

TOMAS, M. Namibian Ship (N.S.) ‘Elephant’ Commissioned. **NAMIBIAN DEFENSE FORCE Journal**. V. 45, n. 49, jul-set 2012. Disponível em: <<http://www.mod.gov.na/pdfs/july-sept.pdf>>. Acesso em: 17jun2016.

VÁZQUEZ, Daniel Day. A Rota da Seda, o Colar de Pérolas e a competição pelo Índico (Parte 1/3). **Revista de Geopolítica**: Natal, v. 4, nº 2, p. 127 - 154, jul./dez. 2013.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2011. 84 p.

VESENTINI, José W. **Novas Geopolíticas**. 3.ed. São Paulo : Contexto, 2004.

VILAS-BÔAS, Júlia Covre. Os investimentos brasileiros na África no governo Lula: um mapa. **Meridiano** 47. v. 12, n. 128, nov.-dez, 2011. p. 3-9.

WERTHEIM, Peter Howard. Geological similarities with Brazil's pre-salt attract investments to Africa. **Offshore**. Tulsa: PennWell Corporation, 2010. Disponível em: <<http://www.offshore-mag.com/articles/print/volume-70/issue-7/latin-america/geological-similarities-with-brazils-pre-salt-attract-investments-to-africa.html>> . Acesso em: 23jul2016.

## APÊNDICE A - Tabelas

### TABELA 1

Exportações de produtos da China para a África, em milhares de dólares, no período de 2000-2012.

DESCRIÇÃO	ANO						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>TOTAL</b>	<b>5.007.275</b>	<b>5.961.927</b>	<b>6.918.896</b>	<b>10.125.514</b>	<b>13.730.759</b>	<b>18.603.510</b>	<b>26.585.194</b>
Calçados	249.301	328.315	364.208	521.186	639.207	769.895	897.371
Mobiliário e peças	24.663	26.174	31.985	56.921	123.183	176.933	292.963
Equipamentos de telecomunicações e peças	69.202	129.230	189.502	370.693	541.955	1.037.196	1.514.953
Embarcações e estruturas flutuantes	121.598	121.320	43.742	69.485	125.803	99.283	446.105
Tecidos de Algodão	260.359	333.924	493.930	770.518	832.990	998.837	1.227.495

DESCRIÇÃO	ANO					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>TOTAL</b>	<b>37.375.142</b>	<b>51.090.962</b>	<b>47.637.378</b>	<b>59.809.530</b>	<b>72.921.199</b>	<b>85.136.958</b>
Calçados	1.108.261	1.286.496	1.432.293	1.813.901	2.329.159	3.118.623
Mobiliário e peças	468.785	690.720	759.277	1.074.236	1.357.317	3.050.254
Equipamentos de telecomunicações e peças	2.414.425	3.762.456	3.118.520	3.459.852	3.442.577	2.923.953
Embarcações e estruturas flutuantes	700.666	686.505	1.623.713	3.957.185	4.317.553	2.731.473
Tecidos de Algodão	1.554.113	2.118.443	1.824.288	2.133.722	2.624.947	2.625.452

Fonte: <http://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx>. Acesso: em 16jul2016.

Nota: Foram incluídos somente os cinco principais produtos do ano de 2012, ordenados conforme o respectivo volume financeiro.

TABELA 2  
 Importações de produtos da África para a China, em milhares de dólares, no período de 2000-2012.

DESCRIÇÃO	ANO						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>TOTAL</b>	<b>5.554.763</b>	<b>4.793.044</b>	<b>5.427.040</b>	<b>8.359.965</b>	<b>15.646.044</b>	<b>21.061.726</b>	<b>28.770.988</b>
Óleos brutos de petróleo, óleos de betume	3.614.664	2.596.766	2.893.924	4.847.851	10.061.992	14.567.806	21.021.320
Minério de ferro e concentrados	209.797	236.237	241.889	286.549	752.530	741.037	834.795
Cobre	62.545	51.323	95.825	97.300	184.077	283.266	235.206
Minérios e conc. dos metais básicos	103.489	192.579	156.051	176.008	565.265	685.399	901.614
Prata e platina	13.758	18.469	25.950	87.071	272.549	426.306	462.715

DESCRIÇÃO	ANO					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>TOTAL</b>	<b>36.359.944</b>	<b>55.966.716</b>	<b>43.330.064</b>	<b>67.066.274</b>	<b>93.233.557</b>	<b>113.244.337</b>
Óleos brutos de petróleo, óleos de betume	25.853.690	38.943.926	27.124.941	40.412.812	47.107.266	53.935.987
Minério de ferro e concentrados	1.179.360	2.284.027	3.346.966	4.741.762	7.319.490	7.162.544
Cobre	496.557	884.573	1.552.860	3.881.957	4.158.829	4.544.085
Minérios e conc. dos metais básicos	1.518.290	3.931.077	2.034.927	3.444.015	4.220.348	3.249.858
Prata e platina	548.666	929.012	1.224.551	1.570.725	1.962.984	2.199.181

Fonte: <http://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx>. Acesso: em 16jul2016.

Nota: Foram incluídos somente os cinco principais produtos do ano de 2012, ordenados conforme o respectivo volume financeiro.

TABELA 3  
 PIB dos países, em milhões de dólares, no período de 2000-2012.

PAÍS	ANO						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	644.729	554.187	506.041	552.384	663.733	882.044	1.089.254
China	1.192.836	1.317.230	1.455.554	1.650.511	1.944.672	2.287.237	2.793.181
Namíbia	3.909	3.547	3.361	4.931	6.607	7.261	7.979

PAÍS	ANO					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Brasil	1.366.854	1.653.536	1.620.165	2.143.035	2.476.651	2.248.817
China	3.504.411	4.547.277	5.105.458	5.949.785	7.314.444	8.229.447
Namíbia	8.836	8.493	8.724	11.141	12.452	13.399

Fonte: <http://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx>. Acesso: em 16jul2016.

TABELA 4  
Balança comercial dos países, em milhões de dólares, no período de 2000-2012.

PAÍS	ANO						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	-3.524	-95	10.716	22.322	30.244	40.901	41.969
China	24.179	22.545	30.426	25.468	32.097	102.000	177.517
Namíbia	-229	-368	-398	-718	-569	-507	-237

PAÍS	ANO					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Brasil	34.004	15.565	19.318	10.378	19.076	9.180
China	264.340	298.126	195.689	181.507	154.897	230.309
Namíbia	-598	-1.199	-1.834	-1.544	-2.186	-2.867

Fonte: <http://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx>. Acesso: em 16jul2016.

TABELA 5  
Exportações de produtos da China para a Namíbia, em milhares de dólares, no período de 2000-2012.

DESCRIÇÃO	ANO						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>TOTAL</b>	<b>8.284</b>	<b>21.217</b>	<b>20.182</b>	<b>37.624</b>	<b>52.539</b>	<b>60.354</b>	<b>133.158</b>
Manufaturados de tecido	899	1.373	3.246	8.119	10.580	12.258	21.316
Embarcações e estruturas flutuantes	1	...	...	...	...	...	...
Mobiliário e peças	484	448	1.679	4.162	6.434	5.340	8.812
Elementos químicos inorgânicos	...	...	...	...	13	...	718
Equipamentos de engenharia civil	...	27	...	1	...	27	121

DESCRIÇÃO	ANO					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>TOTAL</b>	<b>246.523</b>	<b>243.165</b>	<b>264.497</b>	<b>229.542</b>	<b>282.265</b>	<b>438.911</b>
Manufaturados de tecido	47.574	73.684	69.122	55.921	47.858	72.218
Embarcações e estruturas flutuantes	...	...	162	30	27	66.364
Mobiliário e peças	10.406	10.180	17.169	21.264	33.480	46.867
Elementos químicos inorgânicos	1.361	4.559	4.644	8.003	10.510	18.384
Equipamentos de engenharia civil	1.631	3.998	1.629	2.984	7.795	17.821

Fonte: <http://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx>. Acesso: em 16jul2016.

Nota: Foram incluídos somente os cinco principais produtos do ano de 2012, ordenados conforme o respectivo volume financeiro.

TABELA 6  
 Importações de produtos da Namíbia para a China, em milhares de dólares, no período de 2000-2012.

DESCRIÇÃO	ANO						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>TOTAL</b>	<b>3.591</b>	<b>11.263</b>	<b>28.930</b>	<b>36.951</b>	<b>46.576</b>	<b>76.389</b>	<b>121.857</b>
Materiais radioativos e associados	...	...	...	...	3.050	5.272	31.443
Minérios e concentrados de metais básicos	2.960	2.079	6.183	6.645	9.677	9.587	26.102
Minério de cobre	`...`	`...`	`...`	`...`	`...`	`...`	`...`
Pedra, areia e cascalho	25	91	29	55	50	441	760
Alimentos para animais	...	...	1.907	3.502	272	2.999	844

DESCRIÇÃO	ANO					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>TOTAL</b>	<b>157.659</b>	<b>282.178</b>	<b>312.381</b>	<b>481.495</b>	<b>224.481</b>	<b>241.268</b>
Materiais radioativos e associados	102.916	119.357	70.774	320.106	126.171	103.115
Minérios e conc. dos metais básicos	28.379	46.031	33.042	47.377	51.643	68.705
Minério de cobre	`...`	`...`	`...`	`...`	14.643	47.080
Pedra, areia e cascalho	777	1.299	764	3.452	6.219	10.441
Alimentos para animais	3.803	5.447	4.239	6.921	7.511	4.737

Fonte: <http://unctadstat.unctad.org/wds/TableView/tableView.aspx>. Acesso: em 16jul2016.

Nota: Foram incluídos somente os cinco principais produtos do ano de 2012, ordenados conforme o respectivo volume financeiro.

TABELA 7

Exportações de produtos do Brasil para a África, em milhares de dólares, no período de 2000-2012.

DESCRIÇÃO	ANO						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>TOTAL</b>	<b>1.345.830</b>	<b>1.988.117</b>	<b>2.360.561</b>	<b>2.858.355</b>	<b>4.242.292</b>	<b>5.973.880</b>	<b>7.450.053</b>
Açúcar, melaço e mel	316.100	641.599	706.300	670.852	935.144	1.231.527	1.788.491
Outras carnes e miudezas comestíveis	28.033	43.966	45.339	100.117	208.454	257.606	294.599
Milho, não moído	13	20.042	63.031	19.560	3.721	1.593	10.952
Carnes bovina, frescas, refrigeradas ou congeladas	6.386	74.504	64.356	117.102	270.144	393.717	542.104
Minério de ferro e concentrados	124.157	136.618	123.817	170.142	231.180	390.228	384.825

DESCRIÇÃO	ANO					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>TOTAL</b>	<b>8.571.115</b>	<b>10.162.885</b>	<b>8.688.260</b>	<b>9.235.262</b>	<b>12.221.441</b>	<b>12.210.009</b>
Açúcar, melaço e mel	1.602.110	1.828.057	2.313.509	3.137.171	4.406.347	4.001.523
Outras carnes e miudezas comestíveis	381.358	501.518	558.385	734.406	858.037	1.035.735
Milho, não moído	369	75.970	140.072	351.417	536.708	879.580
Carnes bovina, frescas, refrigeradas ou congeladas	522.030	542.301	440.904	603.868	520.761	714.642
Minério de ferro e concentrados	314.476	518.505	365.643	688.884	568.973	596.285

Fonte: <http://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx>. Acesso: em 16jul2016.

Nota: Foram incluídos somente os cinco principais produtos do ano de 2012, ordenados conforme o respectivo volume financeiro.

TABELA 8  
 Importações de produtos da África para o Brasil, em milhares de dólares, no período de 2000-2012.

DESCRIÇÃO	ANO						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>TOTAL</b>	<b>2.907.046</b>	<b>3.330.937</b>	<b>2.675.613</b>	<b>3.291.166</b>	<b>6.183.450</b>	<b>6.656.623</b>	<b>8.086.809</b>
Óleos brutos de petróleo, óleos de betume	636.213	1.637.094	1.773.723	2.323.819	5.080.134	5.335.606	6.474.107
Óleos de petróleo > 70% de óleo	1.447.463	995.000	343.941	357.230	328.225	541.987	643.014
Fertilizantes	54.210	65.792	90.017	154.018	217.990	186.474	204.196
Propano e butano liquefeitos	242.642	115.152	89.870	8.862	31.856	17.066	55.329
Gás natural	...	...	...	...	...	...	...

DESCRIÇÃO	ANO					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>TOTAL</b>	<b>11.332.499</b>	<b>15.756.421</b>	<b>8.464.772</b>	<b>11.297.256</b>	<b>15.435.629</b>	<b>14.265.681</b>
Óleos brutos de petróleo, óleos de betume	9.085.790	12.144.960	6.574.565	6.759.750	9.292.208	8.689.939
Óleos de petróleo > 70% de óleo	704.163	715.308	570.774	1.984.886	2.817.818	2.246.596
Fertilizantes	406.774	867.708	342.022	565.603	1.046.239	1.107.358
Propano e butano liquefeitos	189.288	333.245	185.875	408.116	671.927	418.051
Gás natural	...	...	12.357	262.525	...	226.984

Fonte: <http://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx>. Acesso: em 16jul2016.

Nota: Foram incluídos somente os cinco principais produtos do ano de 2012, ordenados conforme o respectivo volume financeiro.

TABELA 9

Exportações de produtos do Brasil para a Namíbia, em milhares de dólares, no período de 2000-2012.

DESCRIÇÃO	ANO						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>TOTAL</b>	<b>479</b>	<b>2.021</b>	<b>3.790</b>	<b>9.923</b>	<b>11.463</b>	<b>12.874</b>	<b>12.643</b>
Mobiliário e peças	...	244	2.362	6.094	7.273	4.760	6.994
Tratores	...	...	...	...	...	...	32
Outras carnes e miudezas comestíveis	...	...	...	33	435	42	434
Açúcar, melão e mel	170	27	123	755	143	412	398
Produtos de confeitaria	...	186	625	1.569	1.714	1.027	1.447
Embarcações e estruturas flutuantes	...	...	...	...	...	...	...

DESCRIÇÃO	ANO					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>TOTAL</b>	<b>16.535</b>	<b>22.988</b>	<b>52.412</b>	<b>19.398</b>	<b>24.372</b>	<b>26.171</b>
Mobiliário e peças	7.184	10.257	7.295	7.435	4.866	9.981
Tratores	41	...	...	...	1.069	3.487
Outras carnes e miudezas comestíveis	2.134	5.206	1.305	1.337	2.588	2.412
Açúcar, melão e mel	640	87	8.058	461	1.177	1.775
Produtos de confeitaria	1.207	2.120	1.806	1.796	1.727	1.757
Embarcações e estruturas flutuantes	...	...	23.769	...	6.000	1.757

Fonte: <http://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx>. Acesso: em 16jul2016.

Nota: Foram incluídos os cinco principais produtos do ano de 2012, ordenados conforme o respectivo volume financeiro, e o subgrupo Embarcações e estruturas flutuantes, devido ao pico demonstrado em 2009.

TABELA 10  
 Importações de produtos da Namíbia para o Brasil, em milhares de dólares, no período de 2000-2012.

DESCRIÇÃO	ANO						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>TOTAL</b>	...	<b>99</b>	<b>3</b>	<b>158</b>	<b>89</b>	<b>19</b>	<b>112</b>
Peixes frescos, refrigerado ou congelado	...	...	...	24	...	...	34
Materiais vegetais bruto	...	26	2	7	2	3	5
Obras de arte e peças de coleção	...	...	...	...	...	...	...
Pérolas, pedras preciosas e semipreciosas	...	...	...	...	...	...	...
Couro	...	...	...	...	...	...	...

DESCRIÇÃO	ANO					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	<b>66</b>	<b>2</b>	<b>219</b>	<b>1.263</b>	<b>93</b>
Peixes frescos, refrigerado ou congelado	...	21	...	203	976	47
Materiais vegetais bruto	56	11	...	12	274	26
Obras de arte e peças de coleção	...	...	...	...	3	9
Pérolas, pedras preciosas e semipreciosas	...	...	...	...	1	6
Couro	...	...	...	...	...	3

Fonte: <http://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx>. Acesso: em 16jul2016.

Nota: Foram incluídos somente os cinco principais produtos do ano de 2012, ordenados conforme o respectivo volume financeiro.

TABELA 12  
Exportações de produtos do Brasil para a China, em milhares de dólares, no período de 2000-2012.

DESCRIÇÃO	ANO						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>TOTAL</b>	<b>1.085.302</b>	<b>1.902.122</b>	<b>2.520.979</b>	<b>4.533.363</b>	<b>5.441.746</b>	<b>6.834.997</b>	<b>8.402.369</b>
Minério de ferro e concentrados	271.192	482.633	597.225	764.857	1.114.956	1.784.631	2.629.458
Sementes e frutos oleaginosos	337.350	537.664	825.475	1.313.073	1.621.736	1.716.921	2.431.590
Óleos brutos de petróleo, óleos de betume	36.124	39.847	..	22.266	210.130	541.630	835.846
Celulose e resíduos de papel	54.185	127.268	114.154	265.605	266.222	270.051	380.373
Açúcar, melão e mel	..	26.424	778	360	151	115	55.204

DESCRIÇÃO	ANO					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>TOTAL</b>	<b>10.748.814</b>	<b>16.403.039</b>	<b>20.190.831</b>	<b>30.752.356</b>	<b>44.314.595</b>	<b>41.227.540</b>
Minério de ferro e concentrados	3.710.287	4.886.120	7.010.660	13.338.017	19.797.076	14.922.124
Sementes e frutos oleaginosos	2.831.861	5.324.052	6.342.965	7.133.441	10.957.267	11.880.180
Óleos brutos de petróleo, óleos de betume	839.897	1.702.458	1.338.299	4.053.449	4.883.734	4.834.737
Celulose e resíduos de papel	423.475	690.722	1.096.886	1.126.181	1.299.678	1.236.672
Açúcar, melão e mel	13.746	22.170	71.571	514.878	1.217.211	1.080.219

Fonte: <http://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx>. Acesso: em 16jul2016.

Nota: Foram incluídos somente os cinco principais produtos do ano de 2012, ordenados conforme o respectivo volume financeiro.

TABELA 13  
 Importações de produtos da China para o Brasil, em milhares de dólares, no período de 2000-2012.

DESCRIÇÃO	ANO						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>TOTAL</b>	<b>1.222.098</b>	<b>1.328.389</b>	<b>1.553.994</b>	<b>2.147.799</b>	<b>3.710.477</b>	<b>5.354.519</b>	<b>7.989.343</b>
Equipamentos de telecomunicações e peças	116.608	108.114	185.632	293.071	542.543	977.694	1.342.293
Peças e acessórios para máq. de escritório	72.419	44.896	42.493	69.621	134.458	228.638	380.040
Máquinas e aparelhos elétricos	60.689	106.861	59.092	94.271	195.728	225.664	316.365
Máquinas para processamento de dados	49.308	46.347	55.849	64.610	119.359	218.400	413.111
Válvulas e tubos catódicos	71.030	50.183	80.150	128.360	245.457	303.477	483.999

DESCRIÇÃO	ANO					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>TOTAL</b>	<b>12.617.755</b>	<b>20.040.022</b>	<b>15.911.145</b>	<b>25.535.684</b>	<b>32.788.425</b>	<b>34.248.498</b>
Equipamentos de telecomunicações e peças	737.837	2.856.199	2.065.848	3.185.263	4.286.186	4.275.355
Peças e acessórios para máq. de escritório	489.248	990.684	881.635	1.286.105	1.398.982	1.935.616
Máquinas e aparelhos elétricos	465.677	749.130	640.121	1.075.633	1.241.733	1.254.342
Máquinas para processamento de dados	541.083	679.405	591.075	966.770	1.253.711	1.095.058
Válvulas e tubos catódicos	175.420	767.147	817.492	1.140.003	1.082.330	1.037.425

Fonte: <http://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx>. Acesso: em 16jul2016.

Nota: Foram incluídos somente os cinco principais produtos do ano de 2012, ordenados conforme o respectivo volume financeiro.

## APÊNDICE B - Quadros

### QUADRO 2

Cronologia das relações bilaterais entre o Brasil e a Namíbia, no período de 1987-2012.

DATA	EVENTO
1987	Visita de Sam Nujoma ao Brasil como líder da SWAPO, quando foi recebido pelo Presidente José Sarney.
1989	Abertura do Escritório de Observação do Governo brasileiro em Windhoek.
1990	Criação da Embaixada do Brasil em Windhoek
1991	Visita do Presidente Fernando Collor a Windhoek
1994	Assinatura de Acordo de Cooperação Naval
1995	Assinatura de Acordo Básico de Cooperação Técnica
1995	Visita do Presidente Sam Nujoma ao Brasil
1999	Visita do Presidente Sam Nujoma ao Brasil
2001	Renovação do Acordo sobre Cooperação Naval
2003	Abertura da Embaixada da Namíbia em Brasília
2003	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Windhoek
2004	Visita do Presidente Sam Nujoma ao Brasil
2005	Visita do Vice-Presidente José Alencar a Windhoek para a posse do Presidente Hifikepunye Pohamba
2009	Visita do Presidente Hifikepunye Pohamba ao Brasil
2011	Realização da II Reunião da Comissão Mista Brasil-Namíbia, em Windhoek.
2012	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Namíbia, Utoni Nujoma.

FONTE:[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5593&Itemid=478&cod\\_pais=NAM&tipo=ficha\\_pais](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5593&Itemid=478&cod_pais=NAM&tipo=ficha_pais). Acesso em: 11 abr 2016.

## ANEXO A - Quadros

QUADRO 1  
Diferenças entre Geoeconomia e Geopolítica

Características	Geoeconomia	Geopolítica
Objetivos	<p>1) Conquista ou defesa de importantes papéis em indústrias estratégicas de elevado valor agregado</p>	<p>1) Segurança territorial; 2) Expansão; 3) Influência sobre outros Estados; e 4) Prestígio</p>
Meios	<p>1) Utilizados por empresas auxiliadas/orientadas pelo Estado: a) Pesquisa e desenvolvimento de alto risco; b) Investimentos de penetração nos mercados; e c) Excesso de produção como investimento a fim de forçar a obtenção de uma parcela do mercado.</p> <p>2) Só pelo Estado: a) Tarifas e quotas (=defesa de fronteiras); b) Obstáculos às importações discretos, através de regulamentações (=emboscadas); c) Descontos no financiamento às importações (=ataques); d) Programas tecnológicos (=campanhas no teatro de operações); e e) Informações econômicas e técnicas.</p>	<p>1) Força militar; 2) Diplomacia; 3) Propaganda; e 4) Desenvolvimento de armamento.</p>
Implicações	<p>1) Econômicas: a) Forte desvantagem comparativa para as empresas/indústrias-alvo de ataques geoeconômicos se não estiverem protegidas; b) Excesso crônico de capacidade nos setores onde empresas apoiadas pelo Estado atuam para além dos limites da lucratividade; e c) Desperdício crônico de recursos genéricos.</p> <p>2) Políticas: a) A geoeconomia faz aumentar o poder das elites governamentais; b) Se outros praticam a geoeconomia,</p>	<p>1) Dilema de segurança; 2) Procura de um equilíbrio de poderes; e 3) Resolução dos conflitos mais graves com recurso a meios militares.</p>

	<p>a abstenção poderá significar a derrota na economia;</p> <p>c) As lutas geoeconômicas poderão substituir a política de poder, na promoção da coesão nacional; e</p> <p>d) As lutas geoeconômicas poderão erodir alianças residuais de poder.</p>	
--	---	--

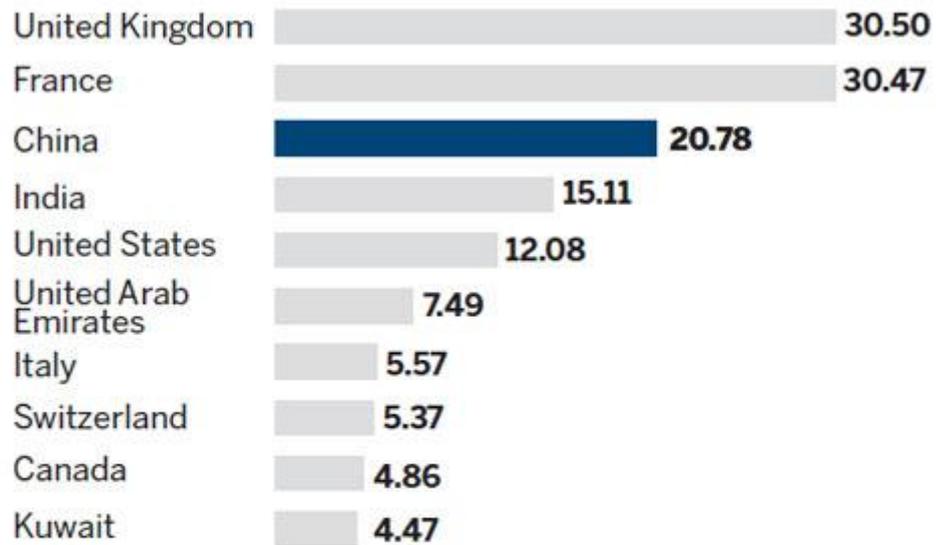
Fonte: Fernandes, 2013

## ANEXO B - Gráficos

### INVESTMENT IN AFRICA BY COUNTRY

(2003 – 2012)

Unit: \$ billion



### CHINESE INVESTMENT IN AFRICA BY INDUSTRY

(2003 – 2012)

Unit: \$ billion



Source: Freshfields Bruckhaus Deringer

FENG XIUXIA / CHINA DAILY

GRÁFICO 1 – Investimentos na África por país, no período de 2003-2012.

Fonte: GINDEXING, 2013, p. 1.

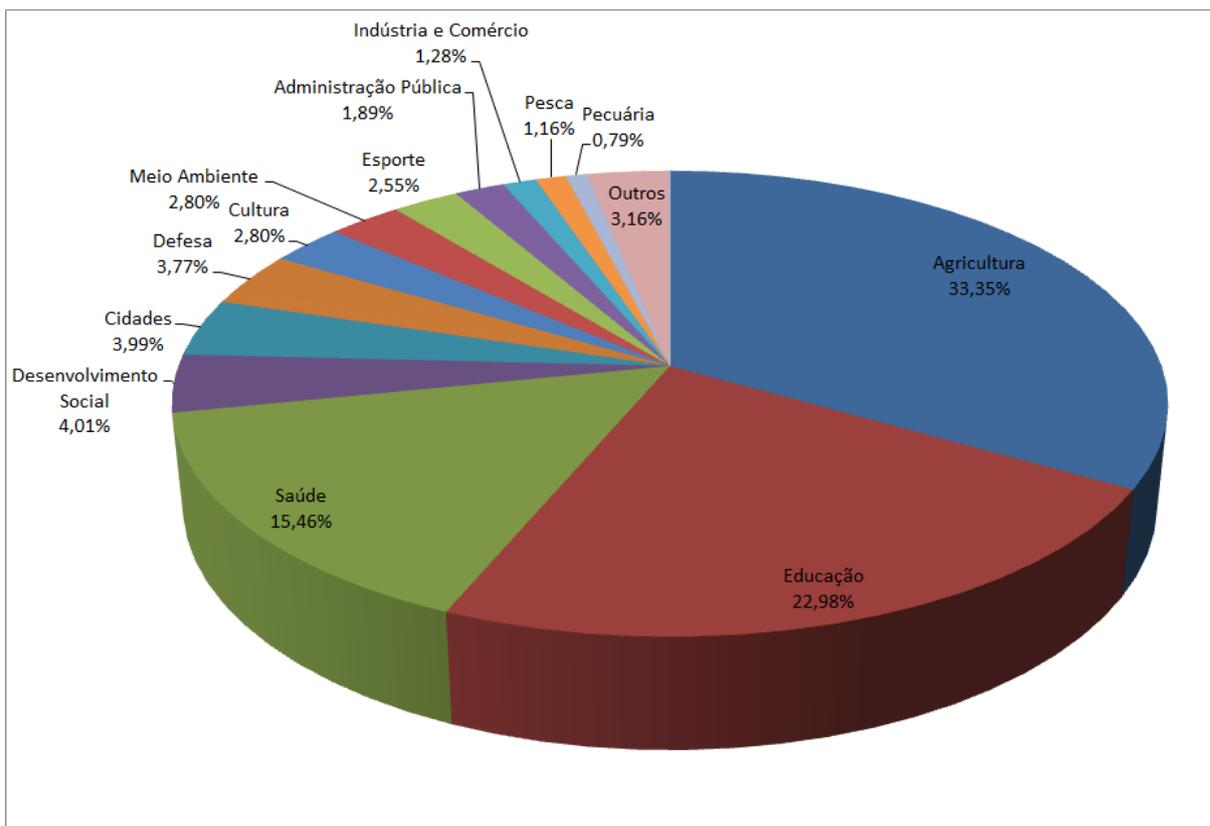


GRÁFICO 2 - Cooperação Técnica Brasileira na África, por segmento, no período de 2000-2014.

FONTE: AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. ABC. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Gestao/AfricaSegmentoCooperacao>>. Acesso em: 19jul2016.

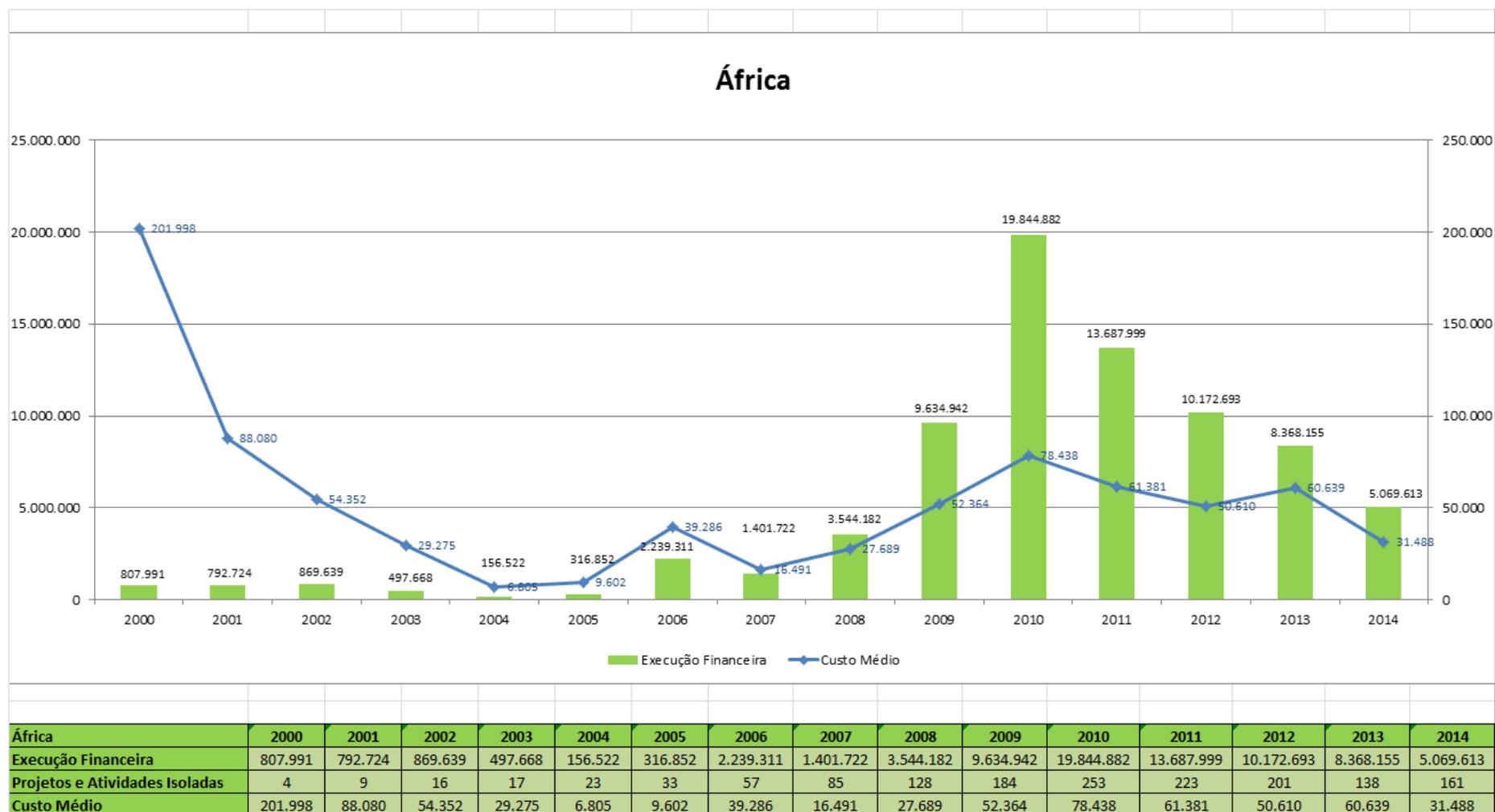


GRÁFICO 3 - Execução Financeira da Cooperação Técnica Brasileira na África, no período de 2000-2014.

FONTE: ABC. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Gestao/AfricaSegmentoCooperacao>>. Acesso em: 19jul2016.

## ANEXO C - Figuras

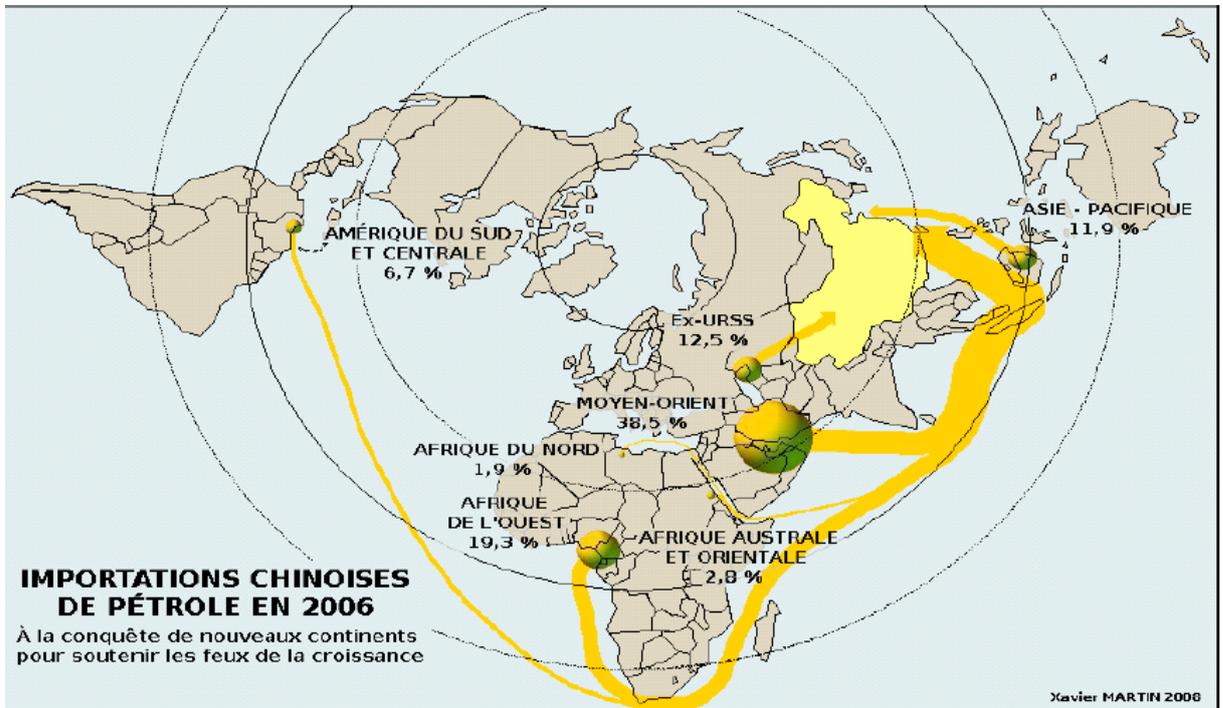


FIGURA 1 – Rotas das importações chinesas de petróleo em 2006.

Fonte: VÁZQUEZ, 2013, p. 143.

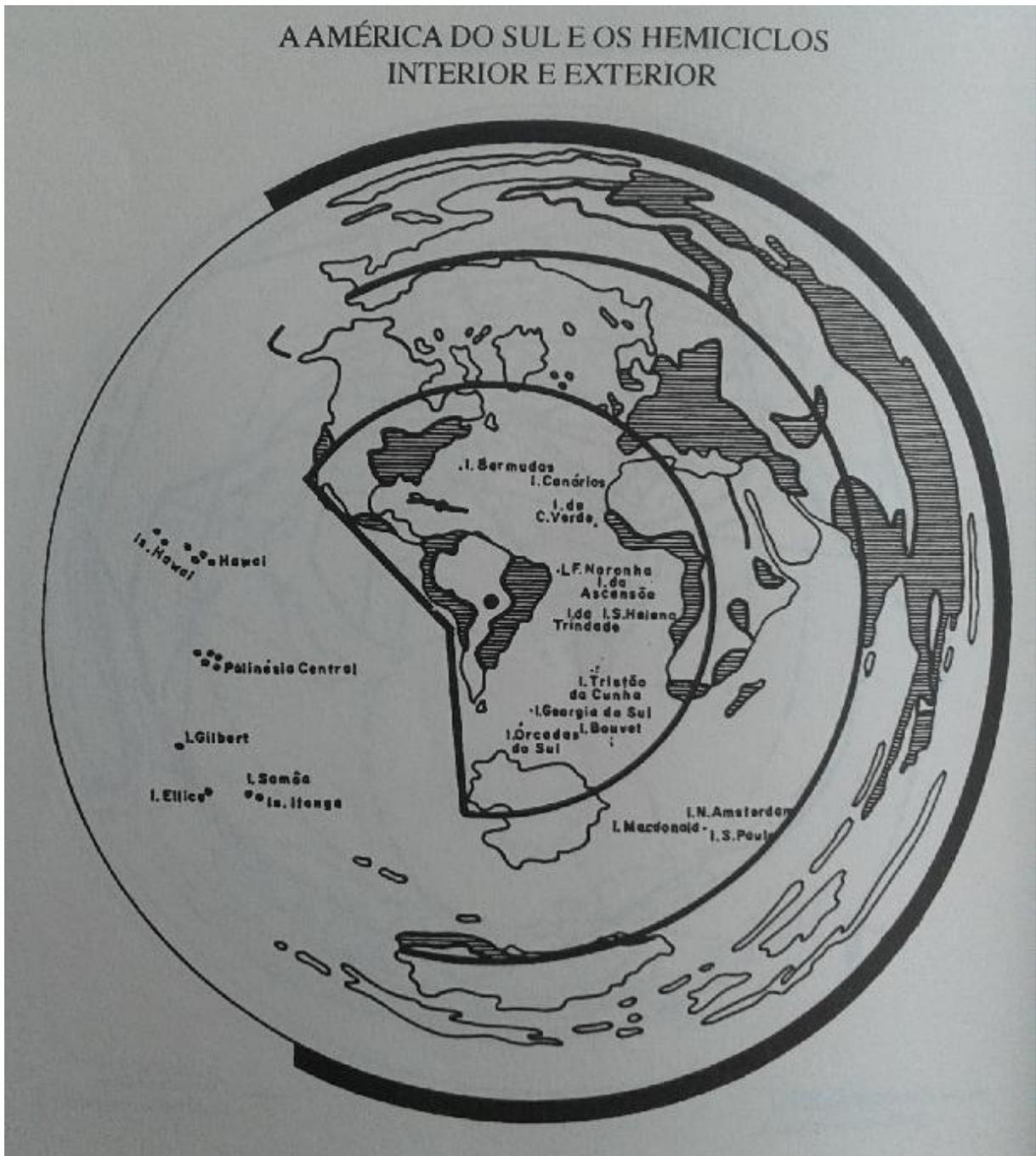


FIGURA 2 – A América do Sul e os hemiciclos interior e exterior  
FONTE: SILVA, 2003, p. 582



FIGURA. 3 – Países africanos que estabeleceram atos de cooperação durante os governos do ex-presidente Lula.

Fonte: MRE/DAF. Disponível em: <[http://www.portalfederativo.gov.br/articulacao-federativa/assessoria-internacional/eventos-e-reunioes/ii-reuniao-da-cooperacao-internacional-descentralizada-do-brasil-2013-local-brasil-df-1/apresentacao\\_ministerio\\_das\\_relacoes\\_exteriores\\_-\\_relacao\\_brasil\\_e\\_africa.pdf](http://www.portalfederativo.gov.br/articulacao-federativa/assessoria-internacional/eventos-e-reunioes/ii-reuniao-da-cooperacao-internacional-descentralizada-do-brasil-2013-local-brasil-df-1/apresentacao_ministerio_das_relacoes_exteriores_-_relacao_brasil_e_africa.pdf)>. Acesso em: 26jul2016.

## ANEXO D - Tabelas

### BRASIL-NAMÍBIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO US\$ milhões, fob - 2 0 1 2

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	3,521	13,5%	0,073	78,5%
Semimanufaturados	0,154	0,6%	0,003	3,2%
Manufaturados	22,491	85,9%	0,017	18,3%
Transações especiais	0,006	0,0%	0,000	0,0%
<b>Total</b>	<b>26,171</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,093</b>	<b>100,0%</b>

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.*

TABELA 11 – Brasil-Namíbia: exportações e importações por fator agregado, em 2012.  
FONTE: BRASIL, 2014, p.15